

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro Sócio-Econômico  
Departamento de Ciências Econômicas

Curso de graduação em CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
a distância

# Contabilidade Social

FERNANDO SEABRA



---

S438c Seabra, Fernando

Contabilidade Social . / Fernando Seabra. 4. impri. - Florianópolis : Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2014.

104p. : il

Curso de Graduação Ciências Econômicas

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7426-062-4

1. Contabilidade social. 2. PIB. 3. Contas nacionais. 4. Economia. 5. Educação a distância I. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Ciências Econômicas. II. Título.

CDU: 657

---

## **GOVERNO FEDERAL**

**Presidente da República** Dilma Vana Rousseff  
**Ministro da Educação** Aloizio Mercadante  
**Diretor de Educação a Distância da CAPES** João Carlos Teatini de Souza Clímaco

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**Reitora** Roselane Neckel  
**Vice-Reitora** Lúcia Helena Pacheco  
**Pró-Reitora de Assuntos Estudantis** Lauro Francisco Mattei  
**Pró-Reitor de Pesquisa** Jamil Assereuy Filho  
**Pró-Reitor de Extensão** Edison da Rosa  
**Pró-Reitora de Pós-Graduação** Joana Maria Pedro  
**Pró-Reitora de Graduação** Roselane Fátima Campos  
**Secretária Especial da Secretaria Gestão de Pessoas** Neiva Aparecida Gasparetto Cornélio  
**Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento** Beatriz Augusto de Paiva  
**Secretário de Cultura** Paulo Ricardo Berton  
**Coordenadora UAB/UFSC** Sonia Maria Silva Correa de Souza Cruz

## **CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**

**Diretor** Elisete Dahmer Pfitscher  
**Vice-Diretor** Rolf Hermann Erdman

## **DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**Chefe do Departamento** Armando de Melo Lisboa  
**Subchefe do Departamento** Brena Paula M. Fernandez  
**Coordenador Geral na modalidade a distância** Marialice de Moraes

## EQUIPE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL - PRIMEIRA EDIÇÃO

<b>Coordenação de Design Instrucional</b>	Suelen Haidar Ronche
<b>Design Instrucional</b>	Claudete Maria Cossa Renata Oltramari
<b>Revisão Textual</b>	Maria Geralda Soprana Dias
<b>Coordenação de Design Gráfico</b>	Giovana Schuelter
<b>Design Gráfico</b>	Natália Gouvêa Rafael de Queiroz Oliveira
<b>Ilustrações</b>	Natália Gouvêa Rafael de Queiroz Oliveira
<b>Design de Capa</b>	Guilherme Dias Simões Felipe Augusto Franke Steven Nicolás Franz Peña
<b>Projeto Editorial</b>	André Rodrigues da Silva Felipe Augusto Franke Max Vartuli Steven Nicolás Franz Pena

## EQUIPE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL - QUARTA EDIÇÃO

<b>Coordenação de Design Instrucional</b>	Andreia Mara Fiala
<b>Coordenação de Design Gráfico</b>	Giovana Schuelter
<b>Design Gráfico</b>	Thiago Alves Vieira
<b>Ilustrações</b>	Rafael de Queiroz Oliveira
<b>Design de Capa</b>	Guilherme Dias Simões Felipe Augusto Franke Steven Nicolás Franz Peña
<b>Projeto Editorial</b>	André Rodrigues da Silva Felipe Augusto Franke Max Vartuli Steven Nicolás Franz Pena

## SUMÁRIO

### UNIDADE 1

#### INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE SOCIAL E CONTAS NACIONAIS PARA UMA ECONOMIA FECHADA E SEM GOVERNO

1.1	INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE SOCIAL.....	11
	O fluxo circular de renda .....	13
	Fatores de produção .....	14
1.2	ATIVIDADES E PRINCIPAIS SETORES DA ECONOMIA .....	15
1.3	PRODUTO, RENDA E DISPÊNDIO.....	18
	As três dimensões da produção.....	19
1.4	SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS: ECONOMIA FECHADA E SEM GOVERNO.....	23
	Conta de produção.....	25
	Conta de apropriação.....	27
	Conta de capital.....	28

### UNIDADE 2

#### CONTAS NACIONAIS PARA UMA ECONOMIA ABERTA E COM GOVERNO E AGREGADOS MACROECONÔMICOS

2.1	CONTAS NACIONAIS EM ECONOMIA ABERTA E COM GOVERNO .....	33
	Conta de produção.....	34
	Conta de apropriação.....	35
	Conta do governo.....	37
	Conta do setor externo .....	38
2.2	MACROECONOMIA <b>VERSUS</b> CONTAS NACIONAIS .....	39
	Identidades macroeconômicas e contas nacionais.....	40
	Definições de produto.....	43

### UNIDADE 3

#### CONTAS NACIONAIS: PROBLEMAS DE MEDIDA E COMPARAÇÕES

3.1	CONTAS NACIONAIS: O EFEITO DA INFLAÇÃO.....	51
3.2	COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS .....	58

## UNIDADE 4

### BALANÇO DE PAGAMENTOS

4.1	DEFINIÇÕES E PROBLEMAS DE MEDIDA.....	65
4.2	AS CONTAS DO BALANÇO DE PAGAMENTOS.....	69

## UNIDADE 5

### CONTAS NACIONAIS NO BRASIL

5.1	O SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS DO BRASIL E AS TABELAS DE RECURSOS E USOS .....	79
5.2	AS CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS .....	82
5.3	MATRIZ INSUMO-PRODUTO.....	83
5.4	CONTABILIDADE SOCIAL ESTADUAL .....	87

## UNIDADE 6

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS

6.1	PIB E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	93
6.2	O QUE É ECONOMIA INFORMAL?.....	97
6.3	A QUESTÃO DO PIB VERDE .....	101
	REFERÊNCIAS .....	104



## PALAVRA DO PROFESSOR

Prezado(a) estudante,

a disciplina de Contabilidade Social é, em geral, o primeiro contato dos estudantes de Economia com números. Que números são esses? Com certeza, todos já ouviram falar do Produto Interno Bruto (PIB) ou do saldo da balança comercial ou da taxa de desemprego. Isso mesmo, Contabilidade Social é a disciplina que estuda tudo isso: como se definem, se calculam e para que servem tais indicadores. Muitos estudantes gostam de Contabilidade Social; outros – nem tão poucos, infelizmente – acham o tema chato. Por quê? Porque, quase sempre, Contabilidade Social trata muito de conceitos, procedimentos e, então, cálculos. E daí? Ora, economistas e estudantes de Economia, pela sua natureza, vibram com análises, discussões e implicações de política econômica. Se a matéria de Contabilidade Social é puramente definições de regras e aplicações destas regras, ela com certeza será chata. Neste curso, temos a intenção de aprender juntos os conceitos destes indicadores, como eles são medidos na prática, e como nós economistas, podemos usá-los; seja através de uma política econômica nacional, seja através de medidas de planejamento local (em qualquer lugar deste enorme país) para gerar desenvolvimento econômico e mais acesso de todos aos benefícios deste progresso.

A disciplina de Contabilidade Social combina teoria e prática. É vital conhecer a informação e saber como tratá-la para que ela tenha um significado macroeconômico. Nesta disciplina vamos estudar questões básicas que vão desde como se mede o produto de uma nação e comparações internacionais deste produto, até aspectos mais controversos como formas de atribuir valor ao trabalho doméstico e também a degradação ambiental. Informação, medida com cuidado e critério, e capacidade de análise são essenciais.

Espero vocês, então, para esta excursão à Contabilidade Social. Para mim, ensinar tem sido um caminho de mão dupla, e tenho certeza que irei também aprender muito com vocês.

Até mais tarde!

*Prof. Dr. Fernando Seabra*





1

## INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE SOCIAL E CONTAS NACIONAIS PARA UMA ECONOMIA FECHADA E SEM GOVERNO

Amigo (a) estudante, vamos dar início ao nosso estudo das técnicas de Contabilidade Social e começar a entender as definições e procedimentos que estão por trás daquelas notícias que afirmam que “O Produto Interno Bruto do Brasil pode crescer apenas 3% no próximo ano”. Como em qualquer ciência, vamos precisar dar passos mais curtos no início, para ganhar experiência e, mais à frente, entender o todo, esse complexo mundo de agregados macroeconômicos como PIB, Renda Nacional, Taxa de Desemprego, Desenvolvimento Humano entre outros. A primeira unidade é a base de seus estudos para toda a disciplina; portanto,

Aproveite bem!

### 1.1 INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE SOCIAL

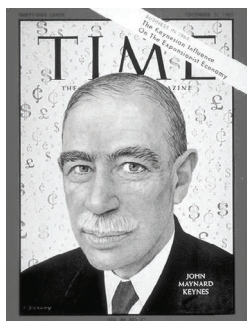
Quando se lê “Contabilidade Social” ou “Contabilidade Nacional”, em geral, surge uma dúvida: qual a diferença entre uma e outra? Seriam sinônimas?

Contabilidade Social versus Contabilidade Nacional – na maioria das vezes os dois termos são usados como sinônimos. Na verdade, pode-se dizer que Contabilidade Social é a disciplina em teoria econômica que tem como objeto desenvolver e calcular o sistema de contas nacionais. Alguém poderia entender que o conceito de Contabilidade Nacional – que é a técnica que fornece uma estrutura consistente para medir a atividade econômica de uma nação – tem uma natureza mais operacional, enquanto que a definição de Contabilidade Social é mais abrangente. Esta diferença não nos parece relevante – especialmente considerando que esta é uma disciplina bastante prática. Logo, vamos adotar, como faz a maioria dos livros, os dois termos como sinônimos.

Não confundir o termo “contabilidade social” quando este se aplica ao processo de divulgação tanto para os acionistas com para o público em geral dos impactos sociais e ambientais decorrentes da atividade econômica das empresas. Esta é uma definição no contexto de contabilidade gerencial.

Por que se usa contabilidade para um país?

Esta técnica contábil, de se apurar receitas e despesas, não se aplica apenas para empresas?



**Keynesianismo** – as idéias de Keynes, publicadas originalmente em 1936, ganharam destaque após 1945 e dão ênfase ao papel de políticas fiscais expansionistas – principalmente aumento dos gastos do governo – para aumentar o nível de demanda agregada e o próprio ritmo de crescimento da economia.

Não. Podemos adotar procedimentos semelhantes aos da contabilidade empresarial também para um país. Queremos demonstrar aqui que essa estratégia é muito útil. O interesse em calcular quanto uma nação produz, qual o seu nível de consumo e de investimento e qual o tamanho de seu comércio exterior, estão relacionados com a importância que é dada para a Macroeconomia.

As políticas macroeconômicas mais ativas (como a intervenção estatal na produção de infra-estrutura) necessitam desses dados para o próprio planejamento da economia.

Tudo isso acontece a partir do final da Segunda Guerra Mundial quando o **Keynesianismo**, que postula uma maior presença do Estado principalmente com o objetivo de reduzir a instabilidade da economia capitalista, torna-se a principal influência sobre as políticas econômicas dos maiores países do mundo ocidental.

As idéias keynesianas opunham-se aos princípios liberais dos economistas neoclássicos, que mantinham a crença no caráter auto-regulador do mercado. A ascensão do Keynesianismo resultou em um sistema econômico com significativa intervenção estatal, por pelo menos quatro décadas, tanto em termos de políticas de taxas de juros (política monetária), de tributação (política fiscal) e de projetos públicos de investimento.

Assim, o Keynesianismo e sua nova forma de encarar o mercado, com maior intervenção do Estado, fazem com que se torne necessário um acompanhamento mais próximo das variáveis ou, como se convencionou chamar, dos agregados macroeconômicos. Não apenas se tem a necessidade de medir o comportamento dessas variáveis – como consumo e investimento de um país – mas também, agora, criam-se definições mais claras sobre o que se entende por agregados macroeconômicos.

Embora a forma de medir na prática o valor desses agregados macroeconômicos seja semelhante ao princípio adotado na contabilidade de empresas, o alcance da Contabilidade Social é **mais amplo**. Isso quer dizer que a Contabilidade Social não trata apenas dessa tarefa enorme que é contabilizar de modo sistemático e preciso tudo o que se produz em um país em um determinado período de tempo. Trata também de indicadores que se produzem a partir desses agregados macroeconômicos, como, por exemplo, indicadores de desenvolvimento, de distribuição de renda e de qualidade de vida e preservação do meio ambiente.

A Contabilidade Social deve fornecer informações confiáveis sobre agregados macroeconômicos básicos, como o produto e renda de uma nação, e indicadores mais trabalhados como de concentração da renda. Dados para as decisões governamentais de quando, quanto e como intervir. É claro que tais informa-

ções obtidas por um sistema de contabilidade social, como o consumo e o investimento agregado de uma nação, podem ser também úteis para a tomada de decisão empresarial; principalmente de grandes empresas multinacionais, que podem, por exemplo, preferir investir em mercados de países onde o produto esteja crescendo rapidamente.

### 1.1.1 O FLUXO CIRCULAR DE RENDA

O fluxo circular da renda de uma economia é uma das interpretações mais convencionais de um sistema econômico. Neste esquema procura-se ilustrar como ocorrem os dois fluxos básicos de uma economia: o fluxo real ou físico, em que circulam, de um lado, bens e serviços e, de outro, fatores de produção; e o fluxo monetário, em que circulam, de um lado, o pagamento dos bens e serviços e, de outro, o pagamento dos fatores de produção.

A Figura 1 descreve este fluxo simplificado, para o caso de uma economia sem governo e sem setor externo (economia fechada).

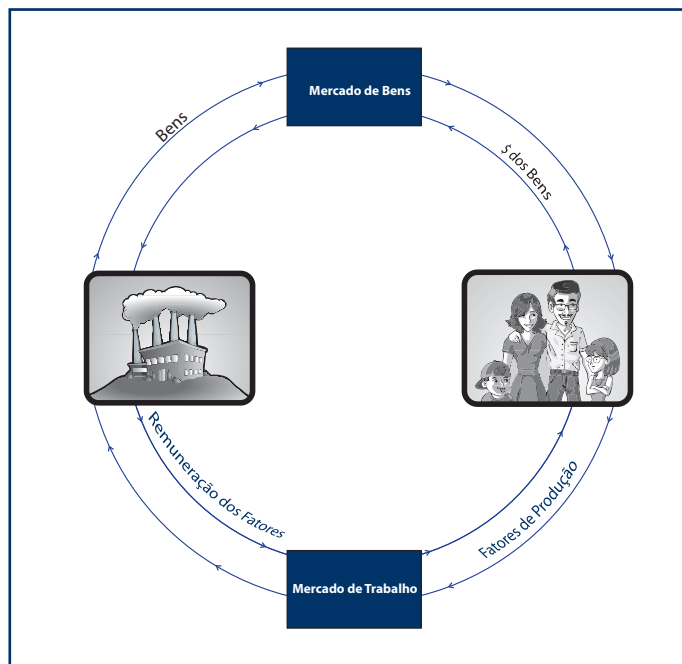


Figura 1 - Fluxo Simplificado.

A interpretação é a seguinte: as empresas produzem bens e serviços. Estes bens e serviços – como roupas, aparelhos de DVD, tratores, medicamentos e cortes de cabelo – são levados ao mercado; isto é, são colocados à venda a um determinado preço. As famílias, então, compram esses bens e serviços. Em contrapartida, as empresas recebem das famílias o pagamento por esses bens e serviços.

Estes dois fluxos, o real (fluxo de bens e serviços das empresas para as famílias) e o monetário (pagamento pelos bens e serviços, das famílias para as empresas), estão na **parte superior da figura**.

Na **parte inferior da figura** estão os fluxos relativos ao mercado de fatores de produção. Para que as empresas possam produzir bens e serviços, elas devem usar os recursos ou fatores de produção que são de propriedade das famílias. Para isso as empresas vão ao mercado de fatores de produção e contratam os recursos necessários para a produção. As famílias fornecem os fatores de produção e, em contrapartida, recebem remuneração por esses recursos.

### 1.1.2 FATORES DE PRODUÇÃO

Fatores de produção são aqueles recursos empregados para a produção de bens e serviços. São tradicionalmente relacionados quatro fatores de produção: trabalho, capital, terra e capacidade empresarial.



**Trabalho** – refere-se ao esforço humano, físico e mental, empregado na produção de bens e serviços.



**Capital** – são os bens que são usados na produção de outros bens, como por exemplo, máquinas e equipamentos.



**Terra ou Recursos naturais** – são os recursos da natureza que são empregados na transformação do produto. São incluídos aqui não apenas as terras usadas na produção agropecuária, mas também recursos minerais, hídricos e florestas.



**Capacidade Empresarial** – é a habilidade do empresário de mobilizar e organizar os demais fatores para obter o máximo de produto.

Por simplificação, assume-se que estes fatores de produção são bastante homogêneos, isto é, não há grande diferença entre duas unidades de trabalho ou entre duas unidades de capital. Assim, podem ser estabelecidas as remunerações para cada insumo de produção.

Logo:

Trabalho	→	Salário
Capital	→	Juro
Terra	→	Alugel
Capacidade Empresarial	→	Lucro

Uma questão final sobre o fluxo circular pode ainda estar no ar. Qual é?

Mesmo que os fatores sejam relativamente homogêneos, com certeza os produtos e serviços não são. Então como vamos somar ou agregar a produção de arroz, a produção de calças *jeans* e a produção gerada por uma banca de revistas?

Bem, é claro que a resposta é óbvia. Na prática não se somam quantidades de bens e serviços distintos, mas sim, se somam os valores de produção desses bens e serviços. Logo, a moeda é o nosso elemento de agregação. É através do valor monetário dos bens e serviços que podemos somar bens e serviços distintos.

## 1.2 ATIVIDADES E PRINCIPAIS SETORES DA ECONOMIA

Antes de apresentar um esquema simplificado de como o produto é medido e de como se pode estruturar um esquema simples de contas nacionais, é interessante ter uma idéia prática da dimensão do produto e de como ele é composto.

## Links

Iremos definir o que é PIB mais para frente. Mas, se puder, acesse os links indicados e saiba mais sobre PIB:

[http://www.suapesquisa.com/o\\_que\\_e/pib.htm](http://www.suapesquisa.com/o_que_e/pib.htm)

veja o vídeo sobre importância do cálculo do PIB em

<http://www.youtube.com/watch?v=VTQj23C1lls>

Na Figura 2, plotamos o Produto Interno Bruto (PIB) de seis diferentes economias do mundo. Por enquanto, basta saber que PIB é uma medida adequada de produto ou de renda de uma economia.

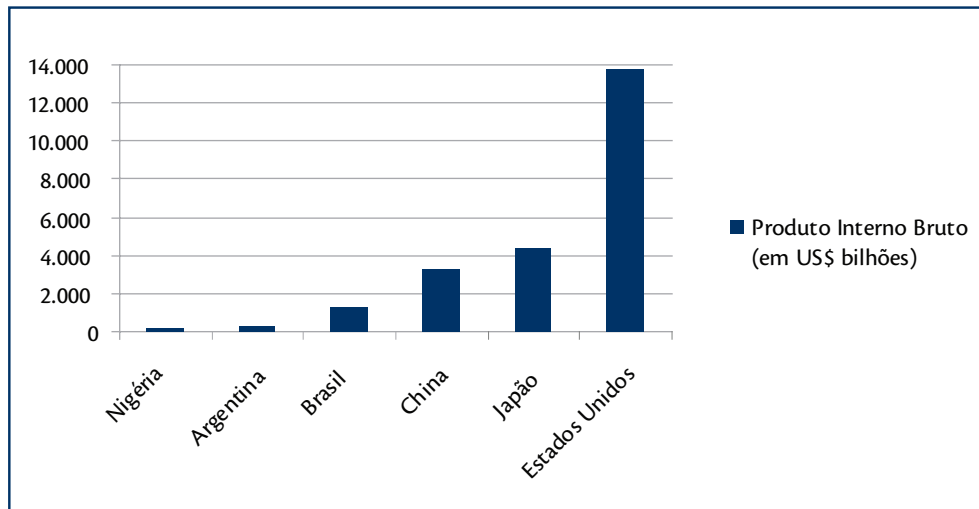


Figura 2 - Pib de seis diferetes economias do mundo.

Notamos que o PIB dos Estados Unidos da América (EUA) é o mais elevado (os EUA são, neste quesito, a maior economia do mundo). Pode-se observar também que EUA, Japão e China são economias muito maiores do que Argentina e Nigéria. O PIB do Brasil, por sua vez, é dez vezes menor do que o PIB dos EUA, porém cerca de cinco vezes maior do que o PIB da Argentina.

O tamanho da economia brasileira pode também ser percebido na Figura 03. O PIB brasileiro está entre os dez maiores do mundo. O Brasil também se encontra entre os dez maiores países do mundo com relação à área territorial e à população. Isto tudo caracteriza o Brasil, juntamente com EUA, China, Rússia e Índia, como um país com um grande mercado (tanto em produto como em população).



Outro aspecto considerado é que o produto de uma economia pode ser, de fato, dividido conforme diferentes classificações, por exemplo, por regiões, por componentes mais importantes e conforme os principais setores da economia. Uma vez que nosso objetivo é discutir como o produto é gerado, vale a pena mostrar quais são as participações da geração do produto de cada um desses países.

### Links

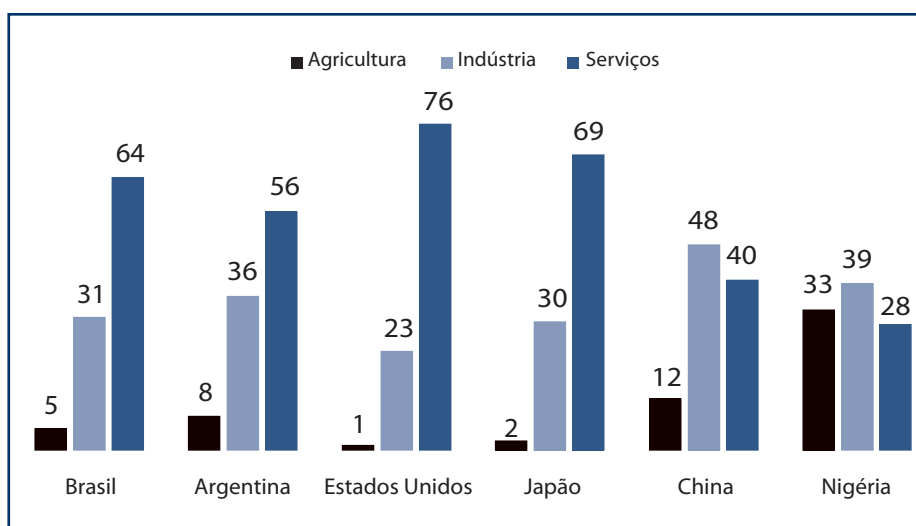
Brasil sobe uma posição e ocupa o 6º lugar na economia mundial (Dez/2007) veja a reportagem:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u355967.shtml>

Visite também o site:

[http://www.ipib.com.br/paises/rank\\_pais.asp?origem=menu](http://www.ipib.com.br/paises/rank_pais.asp?origem=menu)

A Figura 3 mostra esta participação percentual para os principais setores que compõem a estrutura de produção de uma economia nacional.



**Figura 3** - Participação percentual dos setores no PIB (valor adicionado).

Fonte: Banco Mundial.

Nota: Dados do último ano disponível – Brasil 2007, Argentina 2006, Estados Unidos 2005, Japão 2005, China 2006 e Nigéria 2007.

Como se pode notar, as economias mais desenvolvidas, como EUA e Japão, têm uma alta participação do setor de **serviços** na geração do produto. Muitas das economias chamadas de emergentes são, de fato, bastante industriais –

isto é, o produto depende muito do que é gerado na **indústria** (casos de China, Argentina e Brasil). Já economias mais pobres, em geral, ainda possuem um grande peso na **agricultura** como geradora de produto (caso da Nigéria).

- **Serviços** – este setor inclui as seguintes atividades: comércio, transporte, serviços financeiros, serviços profissionais e serviços pessoais, serviços imobiliários, administração pública, saúde e educação.
- **Indústria** – neste setor são consideradas as seguintes atividades: indústria extrativa mineral, os diversos segmentos da indústria de transformação (por exemplo, têxtil, mecânica, alimentos e bebidas), indústria da construção civil e serviços industriais de utilidade pública (como produção e distribuição de energia elétrica e obras de saneamento básico).
- **Agricultura** – este setor compreende as seguintes atividades: lavouras (desde culturas permanentes, como café, até culturas temporárias e hortifrutigranjeiros), produção animal e derivados (abate de gado e aves, pesca e caça); extração vegetal (como madeira).

### 1.3 PRODUTO, RENDA E DISPÊNDIO



Desde a antiguidade que os reis e imperadores se preocuparam em levantar dados sobre as populações e as riquezas econômicas dos seus reinos.

Nas civilizações antigas, como a chinesa (mais de 20 séculos a.C.), a egípcia, e a romana, faziam-se recenseamentos da população, mais ou menos regularmente, para dar a conhecer aos governantes os recursos existentes – humanos e materiais – para fins militares e de lançamento de impostos.

É conhecido por todos, por exemplo, o recenseamento que o imperador Augusto, contemporâneo de Jesus Cristo, ordenou sobre todo o Império Romano.

Como visto na seção 1.1, o fluxo circular indica que existem diferentes maneiras de se medir o tamanho do fluxo que se gera a partir da produção. Isto é: notem que as firmas produzem bens e serviços e as famílias fornecem os fatores de

produção necessários para tal produção. Os donos dos fatores de produção (as famílias) recebem pagamento pelo uso destes fatores e com essas remunerações compram os produtos e serviços ofertados pelas firmas.

Assim, dado a natureza circular deste fluxo, o valor do produto gerado pelas firmas é igual ao valor das remunerações pagas aos detentores dos fatores de produção que é igual aos gastos que as famílias fazem usando essas remunerações e comprando os bens e serviços vendidos pelas firmas. Esta circularidade resulta em três métodos de cálculo do produto de uma nação: a ótica do dispêndio, a ótica do produto e a ótica da renda.

Estes três métodos vamos estudar agora. Veja com atenção cada um deles.

Antes de discutir um sistema simples de contas, vale lembrar que as contas nacionais referem-se a um **fluxo** de produção medido ao longo de um determinado período, em geral um ano. O valor do produto gerado é sempre medido em unidades monetárias, lembrando que a moeda permite que se agreguem produtos distintos.

### 1.3.1 AS TRÊS DIMENSÕES DA PRODUÇÃO

A produção que é realizada, por exemplo, em fábricas, fazendas e bancos, pode ser compreendida em três dimensões (dispêndio, produto e renda). Para melhor compreender estas três diferentes formas de interpretar e medir a produção, vamos propor um exemplo. Na verdade, o exemplo é bastante simplificado e tem o objetivo de fazer com que entendamos a natureza e as relações entre as três dimensões.

Nosso exemplo é o da produção de chope. Para que um consumidor tenha acesso a um chope em sua refeição de domingo em um restaurante, é necessário que o chope seja produzido pela indústria cervejeira e que esta compre de um agricultor a cevada requerida para produção (vamos assumir a hipótese que a cevada é o único insumo agrícola). A Figura 4 ilustra a **cadeia de produção** e a agregação de valor na produção de cerveja.



**Variáveis de fluxo e variáveis de estoque** – em Contabilidade Social tratamos basicamente de variáveis de fluxo; isto é, variáveis que são medidas ao longo do tempo. Em contrapartida, as variáveis de estoque são aquelas que são medidas, em um dado ponto do tempo, como um resultado de acumulação. Um exemplo típico de variável de fluxo é o investimento. A variável de estoque que corresponde à acumulação do investimento ao longo do tempo é o (estoque de) capital.

Antes de discutir um sistema simples de contas, vale lembrar que as contas nacionais referem-se a um fluxo de produção medido ao longo de um determinado período, em geral um ano. O valor do produto gerado é sempre medido em unidades monetárias, lembrando que a moeda permite que sejam agregados produtos distintos.

Cadeia produtiva pode-se dizer que é um conjunto de atividades – como produção e distribuição – que se articulam desde as primeiras fases de transformação dos insumos até que o produto ou serviço seja colocado no mercado final. Os elos de uma cadeia produtiva são justamente as relações que se estabelecem entre os diversos agentes que atuam ao longo das diversas operações (desde a extração natural e fornecimento de insumos até a comercialização do produto ou serviço).



Agricultura (Cevada)



Indústria Cervejeira



Serviços - Restaurante (Cerveja)

Produto Final

Valor do Produto	Ótica do dispêndio	-	-	2,70	2,70
	Ótica do produto	$0,50 - 0 = 0,50$	$2,10 - 0 = 1,60$	$2,70 - 2,10 = 0,60$	2,70
	Ótica da renda	Sal = 0,50 Luc = 0	Sal = 1,00 Luc = 0,60	Sal = 0,40 Luc = 0,20	$\Sigma_{\text{Sal}} = 1,90$ $\Sigma_{\text{Luc}} = 0,80$ $\Sigma_{\text{Total}} = 2,70$

Figura 4 - Cadeia de produção e a agregação de valor na produção de cerveja.

Notem que o único setor, neste exemplo, que vende um produto para o consumo final é o de serviços, no caso, o restaurante. A cevada, produzida na agricultura, é vendida totalmente para a indústria cervejeira; por sua vez, a indústria cervejeira vende todo o chope fabricado para o restaurante.

Portanto, o valor da cevada (R\$ 0,50) e o valor fabricação do chope (R\$ 2,10) foram repassados, na forma de custos, para o restaurante.

Assim, uma alternativa simples e fácil de medir o valor do produto de uma economia é através do valor de venda dos bens finais. Notem que devem ser desconsiderados todos aqueles bens de uso intermediário (que são usados para a fabricação de outros bens) e aqueles que não foram ainda comercializados (estão em estoque no momento do cálculo).

De qualquer modo, esta idéia de medir o produto de uma economia pelo valor dos bens de uso final – ou seja, aqueles bens nos quais as famílias e empresas gastaram suas remunerações – é denominada de **ótica do dispêndio**.

Ótica de dispêndio – é quando o valor do produto de uma economia em um determinado período (por exemplo, um ano) é medido pela soma dos valores dos bens e serviços finais produzidos, sendo que estes bens e serviços finais produzidos referem-se àquela parte do valor da produção que, tendo sido produzida em determinado ano, não foi transformada em produção no mesmo ano. Isso dá conta daqueles insumos que foram produzidos mas ainda não transformados em novos bens e serviços.

No exemplo da Figura 4, o valor do produto pela ótica do dispêndio, uma vez que todo insumo produzido é consumido no ano considerado, é simplesmente considerado pelo chope vendido pelo restaurante ao consumidor final, igual a R\$ 2,70.

Outra alternativa para se medir o valor do produto de uma economia é pela **ótica do produto**. Neste caso, calcula-se em cada unidade de produção o valor adicionado à produção.

Ótica do produto – é quando o valor do produto de uma economia em determinado período (um ano) é medido pela soma dos valores adicionados ao longo do processo de produção por cada unidade produtiva.

Valor adicionado ou valor agregado – é o valor bruto de produção de cada unidade produtiva descontado do valor dos bens e serviços adquiridos de outras unidades produtivas e transformados integralmente ao longo do processo de produção.

Em termos matemáticos, pode-se descrever o valor adicionado (VA) como a diferença entre o valor bruto de produção (VBP) e o consumo intermediário (CI). Isto é:

$$VA = VBP - CI$$

O valor bruto de produção (referido na primeira linha da Figura 4) ou simplesmente valor de produção é o valor monetário de um dado volume de produção de um bem ou serviço. Na prática é o valor das vendas ou faturamento das diversas unidades produtivas. Notem que se fôssemos apurar o valor bruto de produção gerado nos três setores de nosso exemplo, chegaríamos ao resultado de um VBP = R\$ 3,30 (R\$ 0,50 + R\$ 2,10 + 2,70). Este total de vendas ocorrido nesta economia simplificada não é uma medida de produto. Por quê?

Porque neste cálculo há dupla contagem. O valor do chope vendido pela fábrica contém o valor gerado pela produção da cevada e, naturalmente, o valor do chope vendido pelo restaurante é, em grande medida, constituído pelo valor adicionado pela fabricação de chope.

O consumo intermediário refere-se ao valor dos bens e serviços adquiridos de outras unidades produtivas e integralmente transformados ao longo do processo de produção.

Então, como ilustrado na Figura 4; o valor do produto pela ótica do produto é: na agricultura = R\$ 0,50 (0,50 - 0); na indústria cervejeira = R\$ 1,60 (2,10 - 0,50); e no serviço de restaurante = R\$ 0,60 (2,70 - 2,10); o que totaliza R\$ 2,70 (0,50 + 1,60 + 0,60).

Como visto, os valores do produto calculados pela ótica do dispêndio e pela ótica do produto geram o mesmo resultado. Uma vantagem do método do produto, em relação ao do dispêndio, é que ele permite calcular o valor do produto em cada etapa do processo de produção.

Por fim, a terceira alternativa de medida do produto, também ilustrada na Figura 4, é a ótica da renda. Ora, para se obter um produto ou um serviço, uma unidade produtiva deve adquirir bens que serão transformados ao longo do processo produtivo e deve também usar fatores de produção que atuarão nesse processo de transformação. Esses fatores de produção, empregados pelas unidades produtivas, são remunerados e esta remuneração se chama de **renda**.

**Ótica da Renda** – é quando o valor do produto de uma economia em determinado período (um ano) é medido pela soma das remunerações pagas a todos os fatores de produção nesse período.

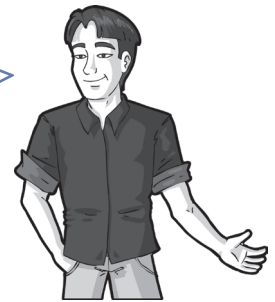
No exemplo da Figura 4 assume-se, por simplificação, que existem apenas dois fatores de produção, trabalho e capital. Trabalho é definido como a quantidade de horas de mão-de-obra empregada pelas unidades produtivas. A remuneração do trabalho é chamada de **salário** (medida em R\$). **Capital** é definido genericamente como o conjunto de máquinas, instalações e equipamentos requeridos para a transformação do produto. **A remuneração do capital é o lucro** (medida em R\$).

Como todo o produto ou valor adicionado gerado em cada unidade produtiva deve ser distribuído aos que possuem os fatores de produção, trabalhadores (trabalho) e empresários (capital), tem-se, no exemplo, que o valor da renda

será igual ao valor do produto em cada unidade. Assim, no exemplo, o produto da agricultura (R\$ 0,50) é totalmente pago na forma de salários – isto é, assumem-se pequenas propriedades familiares – e salários = R\$ 0,50; o produto da indústria cervejeira (R\$ 1,60) é dividido em salários (R\$ 1,00) e lucros (R\$ 0,60); e, do mesmo modo, o produto do serviço de restaurante, salários (R\$ 0,40) e lucros (R\$ 0,20).

Obtém-se, assim, uma massa de salários de R\$ 1,90 e uma massa de lucros de R\$ 0,80, o que corresponde a um valor de produto, pela ótica da renda, igual a R\$ 2,70.

Podemos concluir, então, que o valor do produto de uma economia pode ser obtido, corretamente e sem dupla contagem, através de três métodos que geram o mesmo resultado: a ótica do produto, a ótica do dispêndio e a ótica da renda.



## 1.4 SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS: ECONOMIA FECHADA E SEM GOVERNO

Uma vez que já sabemos a importância de medir o produto de uma economia, sabemos como medir tal produto (sem dupla contagem e não confundindo com valor de vendas) e temos a noção do funcionamento de uma economia – dada pelo fluxo circular –, podemos avançar na direção de uma estrutura básica das contas nacionais.

Para isso, começamos com um modelo de contas nacionais para uma economia fechada (isto é, supondo que não existem trocas com o exterior) e sem governo. É claro que estas hipóteses são irrealistas, mas queremos primeiro deixar claro a natureza e o funcionamento do modelo. É bem mais simples de entender. Na próxima unidade, são incluídos o **setor externo** e o **governo**.

Outro aspecto que é importante levar em conta é que a base teórica de contabilidade nacional é bastante abrangente e flexível. Logo, os países na sistematização de suas contas nacionais podem adotar, e na prática tem adotado, formatos de contas que são distintos, embora todos atendam aos princípios teóricos.

Se cada país, portanto, seguisse um procedimento de contas nacionais sem qualquer preocupação com harmonização, comparações internacionais de produto e outros agregados macroeconômicos seriam impossíveis. Assim, desde



a criação de instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a própria Organização das Nações Unidas (ONU), tem havido esforços para harmonização dos sistemas de contas nacionais.

### Saiba Mais



O Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (*System of National Accounts SNA 1993*)

Este sistema de contabilidade nacional proposto pelas Nações Unidas é um conjunto de regras, conceitos e padrões estatísticos estabelecidos com o objetivo de medir, em qualquer realidade socioeconômica do mundo, o produto de uma economia. A última atualização deste sistema foi em 1993. Versões anteriores do SNA foram propostas em 1953 e 1968.

O SNA 1993 foi produzido e publicado pelas Nações Unidas, mas com o apoio de outras instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

Na prática o SNA 1993 compreende definições de agregados macroeconômicos (por exemplo, poupança privada), procedimentos, classificações, tabelas e regras contábeis acordadas internacionalmente. A partir disso, os países podem proceder a coleta, a compilação e o tratamento dos dados de modo que seus sistemas de contas nacionais sejam ao mesmo tempo específicos às suas características próprias – desde condições econômicas até realidade sociocultural e legislação – e uniformes, possibilitando análises comparativas.

O Brasil adotou a 3ª Versão do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas em 1997, realizando uma significativa alteração em seu sistema de contas nacionais. Tal mudança levou à divulgação de uma nova série de estatísticas de Contas Nacionais e estabeleceu o Sistema de Contas Nacionais do Brasil na forma como atualmente vigora.

Para mais detalhes, ver <http://unstats.un.org/unsd/sna1993/introduction.asp> (apenas em inglês)

Para descrever um modelo simples de contas nacionais para uma economia fechada e sem governo, vamos nos basear em um pequeno exemplo. Neste exemplo, vamos descrever as três contas que “fecham” o sistema de contas: a **conta de produção**, a **conta de apropriação** e a **conta de capital**. Como já discutido quando apresentamos as três óticas de mensurar o **valor da produção**, a **ótica do produto** – assim como a **conta de produção** – é a mais importante, pelo simples fato de ser antecedente; isto é, se não há produção, não faz sentido discutir dispêndio ou remuneração. Logo, começamos com a conta de produção. Mas, antes, temos que esclarecer o que significa dizer que as contas “fecham”. Para isso, vejam a seção Saiba Mais sobre partidas dobradas abaixo.



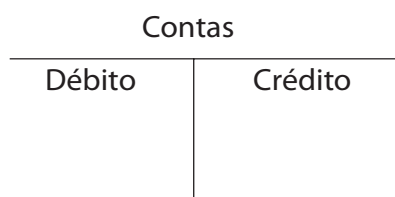
## Saiba Mais



## Método das Partidas Dobradas

O princípio das partidas dobradas é um método-padrão de contabilidade, desenvolvido originalmente em 1494, em Veneza, Itália, na obra *Summa de Arithmetica, Geometria proportioni et propornalit*, do monge Luca Pacioli (considerado o Pai da Contabilidade Moderna). No método de partidas dobradas, cada transação financeira de uma empresa ou país é registrada em pelo menos duas contas: um lançamento de crédito em uma ou mais contas e um lançamento de débito em uma ou mais contas; sendo que a soma de créditos e débitos deve ser igual.

Para cada conta se abre um razãoete, que é uma representação gráfica dos registros, e onde as operações financeiras são registradas como lançamentos de débito ou de crédito.



O método permite, assim, maior controle sobre as operações contábeis da empresa ou país, na medida em que o lançamento financeiro nunca é perdido ou criado; ele é transferido de uma conta para outra, o que implica em melhor gerenciamento financeiro.

Há, portanto, o que se pode chamar de equilíbrio interno: pois o valor do débito deve ser igual ao valor de crédito na mesma conta (no mesmo razãoete). Mas há também o equilíbrio externo que é decorrente do princípio de partidas dobradas. Como vimos, cada lançamento de crédito em uma conta (ou mais de uma) "fecha" ou é exatamente igual ao valor do lançamento de débito em uma outra conta (ou mais de uma outra conta).

Atenção: o termo Partidas Dobradas pode ser discutível, já que um lançamento em uma conta pode afetar uma ou mais outras contas. O termo "Partidas Múltiplas" talvez fosse mais apropriado.

### 1.4.1 CONTA DE PRODUÇÃO

Como dito acima, vamos considerar um pequeno exemplo. No exemplo, para facilitar o entendimento, vamos considerar que a economia produz apenas uma mercadoria: **tijolos**.

A primeira e mais importante de todas as contas é a conta da produção. Como mostrado acima, cada conta é descrita por um razãoete, com lançamentos de débito e crédito. De modo bastante claro, o produto gerado pelas unidades produtivas (tijolos) deve ser registrado nesta conta. *Ok*, isto parece tranquilo.

Do outro lado desta conta incluem-se os destinos que podem ser dados a este produto. E quais são estes usos que podem ser dados aos tijolos produzidos?

Uma alternativa é o consumo dos tijolos; isto é, as famílias podem consumir tijolos no período em questão, para construir casas, por exemplo. A isto se chama consumo pessoal. A outra alternativa de uso do produto refere-se àquela parte da produção de tijolos que não é consumida. Ora, o que são feitos com os tijolos não consumidos?

De fato, chama-se o produto não consumido de investimento.

**Investimento** – do ponto de vista de contabilidade nacional, o investimento bruto de uma economia refere-se à **formação do capital fixo** – que são aqueles bens que não são consumidos ou transformados em outros bens, mas sim constituem meios para a produção de um fluxo de bens e serviços – e a **formação de estoques**, que são aqueles bens que embora não tenham sido consumidos ou transformados no presente período, serão consumidos ou transformados em outros bens e serviços em período futuro.

Em nosso exemplo, os tijolos não consumidos serão investidos; isto é, terão como destino a formação de capital fixo – pode-se dizer que serão usados na fabricação de fornos que produzirão outros tijolos – ou serão somados aos estoques que porventura já existissem.

O razonete descrito na Tabela 1 descreve a conta de produção com estas características. O valor do produto bruto é ainda dividido em produto líquido e **depreciação**.

Depreciação é simplesmente a despesa decorrente do desgaste pelo uso e da obsolescência (pela falta de atualidade) do capital fixo de uma empresa ou economia.

Em nosso exemplo, da economia de tijolos, a depreciação seria aquela quantidade de tijolos que anualmente deve ser substituída nos fornos (capital fixo) para que eles continuem funcionando com a mesma eficiência.

Assim, o valor do produto bruto (total de tijolos) menos a depreciação (tijolos usados para a substituição de tijolos desgastados) é igual ao valor do produto líquido. Do ponto de vista da empresa que produz tijolos, os tijolos produzidos que não são usados para reposição (depreciação dos fornos) são destinados à remuneração dos fatores de produção. Isto é, estes tijolos serão "pagos" aos trabalhadores, como salários; aos empresários, como lucros; aos proprietários de terra e imóveis, como aluguéis; e aos detentores do capital financeiro, como juros. Estas características todas estão no razonete da Tabela 1.

**Tabela 1** – Conta da Produção.

DÉBITO	CRÉDITO
Produto Líquido 85	Consumo 60
Salário 50	Investimento 40
Lucro 8	Formação Bruta de Capital Fixo 30
Aluguéis 20	Varição de Estoques 10
Juros 7	
Depreciação 15	
Produto Bruto 100	Despesa Bruta 100

Notem que o razonete descrito na Tabela 1 “fecha” internamente; isto é, o valor total do débito (R\$ 100) é igual ao valor total do crédito (R\$ 100).

## 1.4.2 CONTA DE APROPRIAÇÃO

Lembrando do critério de partidas dobradas, os lançamentos feitos na conta de produção devem resultar em lançamentos em outras contas. Cada valor lançado em crédito na conta de produção será lançado em débito em outra conta, e vice-versa.

No caso da conta de apropriação, são incluídas no lado do crédito todas as remunerações recebidas por aqueles que possuem os fatores de produção. Isso faz sentido?

Penso que sim. Pensem comigo: a conta de apropriação procura medir como as famílias recebem remunerações e o que fazem com elas. Ora, o que as famílias recebem – isto é, seus créditos – são justamente o resultado do uso de seus fatores de produção ou recursos: salários, lucros, aluguéis e juros. Por outro lado, que destino as famílias dão a estas remunerações?

Primeiramente, o consumo. E a renda líquida (líquida porque não inclui a depreciação) não consumida, como se chama esse excedente do ponto de vista das famílias?

É, simplesmente, a poupança líquida (tem que se chamar líquida, porque mais uma vez não inclui a depreciação, aqueles tijolos usados para reposição). Isto está descrito em um exemplo numérico, na Tabela 2.

Tabela 2 – Conta de Apropriação

DÉBITO	CRÉDITO
Consumo 60	Salário 50
Poupança Líquida 25	Lucro 8
	Aluguéis 20
	Juros 7
Utilização do Produto Líquido 85	Produto Líquido 85

### 1.4.3 CONTA DE CAPITAL

Mas, de acordo com o princípio de partidas dobradas (como visto acima), deve-se alcançar o equilíbrio externo de todos os lançamentos. Notem que da conta de produção apenas as remunerações dos fatores de produção e o consumo pessoal estão lançados na conta de apropriação. Resta lançar a depreciação do capital fixo e os dois componentes de investimento (formação bruta de capital fixo e variação de estoques). O que há de comum entre estes itens que faltam? São todos itens que dizem respeito aos bens de capital.

Então, para fechar o nosso sistema simplificado de contas nacionais, adiciona-se a conta de capital. O que deve ser considerado, do ponto de vista de uma conta de capital, como crédito?

Seriam aqueles fundos ou recursos que disponibilizam capital. Logo, são incluídas no lado do crédito desta conta a poupança líquida (os tijolos produzidos em um dado período e não consumidos) e a depreciação (aquela parte da produção de tijolos que é usada para reposição).

De outra forma, pensando o lado do débito, quais são os usos ou destinos que podem ser dados ao capital?

Do ponto de vista de uma conta de capital, o capital pode ser aplicado em bens que serão usados para transformação de outros bens – isto é, em investimento – e em formação de estoques. Em termos práticos, como temos do lado do crédito a poupança bruta; devemos também considerar, no lado do débito, a formação bruta de capital fixo. Assim, tem-se o equilíbrio interno (débito igual a crédito) dado por investimento bruto igual à poupança bruta.

Tabela 3 - Conta de Capital

DÉBITO	CRÉDITO
Varição de estoques 10	Poupança Líquida 25
Formação Bruta de capital fixo 30	Depreciação 15
Investimento bruto 40	Poupança bruta 40

### Atividade de Aprendizagem - 1



- 1) Em um fluxo circular de renda, toda renda paga na forma de remunerações de fatores resulta em compra de bens e serviços produzidos pelas empresas.
- 2) As três contas que compõem um sistema de contas nacionais em uma economia fechada e sem governo possuem características próprias. Pensem nestas características e avaliem como estas três contas se relacionam.



### Resumo da unidade:

Nesta unidade apresentamos uma descrição que ainda não inclui o governo e as relações externas. Assim, em um modelo mais simples, focamos o entendimento das idéias gerais e como este modelo de contabilidade social funciona.

Descrevemos o fluxo circular da economia tendo como princípio básico o fato de que se alguém vende é porque alguém compra; o que faz a riqueza e o dinheiro circularem pela economia. Em termos mais empíricos, discutimos como as economias dividem os seus produtos por setores de produção e ilustramos essa divisão do produto a partir de comparações internacionais. E vimos o principal ponto, uma primeira versão de um modelo de contas nacionais, sem governo e sem setor externo, que só serão acrescentadas na próxima unidade.

Espero que sua aprendizagem tenha sido significativa nesta Unidade, pois esta será a sua base para toda a disciplina.





2



## CONTAS NACIONAIS PARA UMA ECONOMIA ABERTA E COM GOVERNO E AGREGADOS MACROECONÔMICOS

Amigo(a) estudante, vamos lá de novo!

Na Unidade 1, para simplificar um pouco, fizemos a hipótese de que a economia não tinha trocas com o exterior (fechada) e que não tinha governo. Agora, vamos incorporar estes dois setores importantes da economia: o governo e o setor externo. Novamente, a intenção é (seção 2.1) entender como se montam as contas nacionais de um país, acrescentando o governo e o setor externo. A seguir, na seção 2.2, discutiremos como as contas nacionais são úteis para a análise macroeconômica. Este conteúdo trata das diversas definições de agregados macroeconômicos que são obtidas a partir da aplicação de contabilidade social. Estes agregados macroeconômicos – como Produto Interno Bruto e Renda Nacional Líquida – são medidas do produto de uma nação. Conhecer estas medidas facilita ações de planejamento público e também privado. Mãos à obra!

### 2.1 CONTAS NACIONAIS EM ECONOMIA ABERTA E COM GOVERNO

Já não estamos mais em um país sem governo e sem relações com o exterior (estas hipóteses foram úteis para fixar o funcionamento do sistema de contas). Com governo e comércio exterior, acrescentamos às três contas anteriores – produção, apropriação e capital, duas outras: a conta de governo e a conta de setor externo.

Continuemos com o nosso exemplo de tijolos. Mas agora o governo, que não produz tijolos, também tem gastos de consumo e de investimento em tijolos. No setor externo, a nossa economia exporta e importa do resto do mundo, tijolos – os tijolos do exterior podem ser diferenciados dos nacionais ou até porque são produzidos em épocas distintas (algo como entressafra).

Vejamos, então, como fica cada uma das cinco contas.

## 2.1.1 CONTA DE PRODUÇÃO

Em uma economia com relações com o resto do mundo, a oferta de bens e serviços disponíveis à população de uma nação é influenciada pelas exportações e importações de bens e serviços. Neste sentido, o total de conta de produção, agora, reflete essa oferta de bens e serviços do lado esquerdo (débito) e a demanda de bens e serviços do lado direito (crédito).

Do lado do débito temos, então, a oferta gerada (de tijolos) pelas unidades produtivas do país e também aquela oferta (de tijolos) que é importada. Notem, em relação ao setor externo (e percorrendo a tabela SS de baixo para cima), que devemos somar o valor referente à [renda líquida enviada ao exterior](#).

**Renda Líquida Enviada ao Exterior** – é a diferença entre o valor pago, devido ao uso de fatores de produção estrangeiros utilizados internamente, a um país e o valor recebido, devido ao uso de fatores nacionais, em um país estrangeiro. Incluem-se nessas rendas recebidas e pagas também as transferências unilaterais.

Ora, essa renda líquida enviada ao exterior é, sem dúvida, parte do produto gerado (tijolos) internamente. Por outro lado, como dito acima, deve ser também incluído do lado esquerdo do razonete, o produto importado (tijolos), que aumenta a oferta de bens no país.

Para o Brasil, um exemplo típico de renda enviada ao exterior são os lucros de empresas multinacionais, e um exemplo típico de renda recebida são as rendas recebidas por brasileiros que trabalham no Japão (chamados de *dekasseguis*). Para o caso brasileiro, a renda líquida enviada ao exterior é tipicamente positiva (isto é, a renda enviada supera a renda recebida).

Outros dois itens que devem ser considerados no lado esquerdo do razonete são aqueles que dizem respeito à ação do governo sobre as empresas. Ora, as empresas geram o produto (tijolos), mas o governo intervém, tributando; isto é, retirando parte de seu esforço produtivo. Logo, deve-se somar tanto o imposto indireto – que é efetivamente pago apenas por empresas – e o imposto direto pago pelas empresas. Então, o que foi produzido pelas empresas, mas sacado pelo governo, foi somado. Mas, há o outro lado. Parte da oferta disponível de produto (tijolos) não foi produzida pelas empresas, mas é um repasse do governo a elas na forma de subsídios e transferências. Ora, estes dois itens não se referem ao produto das empresas; então, devem ser descontados.

**Tabela 4** - Conta de Produção.

DÉBITO	CRÉDITO
Produto Líquido 85	Consumo das Famílias 60
Salário 50	Consumo do Governo 24
Lucro 8	Investimento Nacional 49
Aluguéis 20	Varição de Estoques 10
Juros 7	Formação Bruta de capital fixo das empresas 30
Depreciação 15	Formação Bruta de capital fixo do governo 9
Impostos Indiretos menos subsídios 10	Exportação de bens e serviços 17
Impostos Diretos pagos pelas empresas menos transferências recebidas pelas empresas 16	
Renda líquida enviada ao exterior 6	
Importação de bens e serviços 18	
<b>Produto Nacional Bruto 150</b>	<b>Despesa Nacional Bruta 150</b>

E do lado direito do razonete, o lado do crédito, que itens são considerados?

Como antes, aqui estão descritos os itens que se referem a como a renda é alocada; agora, considerando a economia aberta e com governo. Então, o produto ou renda gerada pela economia (no nosso caso, tijolos) pode ser consumido (tijolos para casas), investido (tijolos para fornos) ou exportado (tijolos vendidos para outros países). Então, agora, inclui-se o consumo do governo e as exportações de bens e serviços.

## 2.1.2 CONTA DE APROPRIAÇÃO

A diferença da conta de apropriação anterior é justamente a ação do governo. Do lado do débito (Tabela 5), o destino das remunerações não é apenas o consumo e a poupança, mas também os impostos diretos pagos pelas famílias e pelas empresas. Ah, e por que não os impostos indiretos?

Porque estes não são pagos com as remunerações, com a renda das pessoas.

Os impostos indiretos (como o IPI, imposto sobre produtos industrializados) são repassados aos preços dos bens. Do lado do crédito, somam-se às remunerações dos quatro fatores de produção (salários, aluguéis, juros e lucros) as transferências das empresas e das famílias (transferências totais) e os impostos diretos pagos pelas empresas, menos as transferências recebidas pelas empresas.

A intuição das transferências totais é clara, pois o que se gasta com consumo e poupança não se restringe à remuneração dos fatores, mas também a renda

obtida pela transferência de recursos do governo. Impostos diretos deduzidos das transferências às empresas, por outro lado, são lançados no lado direito do razonete para compensar o lançamento desses itens na própria conta (lembrem-se do princípio das partidas dobradas).

**Tabela 5** - Conta de Apropriação.

DÉBITO	CRÉDITO
Consumo das famílias 60	Salário 50
Poupança das famílias 25	Aluguéis 20
Impostos diretos (famílias) 6	Juros 7
Impostos diretos (empresas) 20	Lucros 8
	Transferências às empresas 4
	Transferências às famílias 6
	Impostos Diretos pagos pelas empresas menos transferências recebidas pelas empresas 16
Utilização do Produto Nacional Líquido 111	Produto Nacional Líquido 111

### 2.1.3 CONTA DE CAPITAL

A conta capital não muda do lado esquerdo (débito) quando se assume economia aberta com governo (Tabela 6). O lado esquerdo muda, porque agora não se tem apenas poupança do setor privado (acrescida da depreciação), mas a poupança bruta total é também composta pela poupança externa e pela poupança de governo.



Mas o governo poupa?

Sim, quando o governo gasta menos do que arrecada, ele tem recursos para fazer investimentos. Esta diferença entre receitas correntes e despesas correntes, se positiva, é chamada de poupança do governo.

Então, notem que não são todas as receitas e despesas que são consideradas, mas apenas as chamadas correntes, aquelas despesas referentes ao custeio – e que não incluem, por exemplo, despesas com juros, amortizações de empréstimos e gastos com investimentos – e aquelas receitas também correntes, que são resultado da tributação do governo e não da obtenção, por exemplo, de novos financiamentos por parte dele.

E a poupança externa?

Pode parecer mais complicado, mas não é. A relação de transações correntes de um país com o resto do mundo também caracteriza uma parte da poupança de um país, chamada poupança externa. Quando as transações correntes de um país com o resto do mundo são deficitárias – digamos que porque as importações de bens são maiores do que as exportações de bens – então a poupança externa é positiva. Por quê?

Porque estas importações (maiores que as exportações) estão diretamente financiando investimento, importações de máquinas e equipamentos, ou estão atendendo ao consumo (importações de bens de consumo) e aí liberando os recursos nacionais para poder investir. Claro!?

Assim, a formação bruta de capital fixo e a variação de estoques são financiadas pela poupança bruta privada (incluindo a depreciação), a poupança do governo e a poupança externa.

**Tabela 6** - Conta de Capital.

DÉBITO	CRÉDITO
Varição de estoques 10	Poupança líquida privada 25
Formação Bruta de capital fixo das empresas 30	Depreciação 15
Formação Bruta de capital fixo do governo 9	Poupança Externa (Superávit em transações correntes) 7
	Poupança (Superávit) do Governo 2
Investimento Bruto total 49	Poupança Bruta total 49

## 2.1.4 CONTA DO GOVERNO

Esta é primeira conta nova. Sua interpretação é bem fácil. Do lado do débito, tem-se as despesas do governo: o consumo, que inclui todos os seus gastos correntes (lembrem-se que consumo do governo tinha entrado como crédito na conta de produção); as transferências às empresas e às famílias; e os subsídios pagos às empresas (Tabela 7).

Para fechar, inclui-se como crédito o superávit do governo em conta corrente; isto é, a poupança do governo. Do lado do crédito estão receitas do governo que têm origem nos impostos diretos (sobre as empresas e famílias) e impostos indiretos.

**Tabela 7** - Conta do Governo.

DÉBITO	CRÉDITO
Consumo do Governo 24	Impostos diretos (famílias) 6
Transferências às empresas 4	Impostos diretos (empresas) 20
Transferências às famílias 6	Impostos Indiretos 15
Subsídios 5	
Poupança (Superávit) do Governo 2	
Utilização da Receita 41	Total da Receita 41

Para fechar, inclui-se como crédito o superávit do governo em conta corrente; isto é, a poupança do governo. Do lado do crédito estão receitas do governo que têm origem nos impostos diretos (sobre as empresas e famílias) e impostos indiretos.

### 2.1.5 CONTA DO SETOR EXTERNO

A última conta em nosso sistema de contabilidade social simplificado resume as relações do país com o resto do mundo (Tabela 8). Exportações de bens e serviços e a poupança externa são consideradas como débito da conta do setor externo.

**Tabela 8** - Conta do Setor Externo.

DÉBITO	CRÉDITO
Exportações de bens e serviços 17	Importações de bens e serviços 18
Poupança Externa (Superávit em transações correntes) 7	Renda líquida enviada ao exterior 6
Total do débito 24	Total do Crédito 24

#### Por quê?

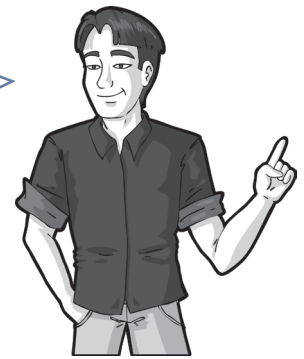
Porque, para o resto do mundo, as exportações de um país, digamos as exportações brasileiras, são uma “saída” ou “perda” de renda. Do mesmo modo, a poupança externa. Por outro lado, para este mesmo resto do mundo, importações de bens e serviços realizadas por um país, Brasil, por exemplo, são uma “entrada” ou ingresso de renda. Do mesmo modo, as rendas líquidas enviadas ao exterior.

Com esta conta, a estrutura básica de um sistema de contas nacionais está fechada. Notem que todos os lançamentos atendem ao princípio de partidas dobradas. Não demos muita atenção para os valores que usamos nos razonetes. É uma boa idéia que você cheque duas coisas: (i) que todos os lançamentos são duplos; e (ii) que cada uma das cinco contas “fecha” na soma e também na igualdade do valor do crédito e débito.

## 2.2 MACROECONOMIA *VERSUS* CONTAS NACIONAIS

Uma vez apresentada e discutida a estrutura teórica das contas nacionais, podemos partir para uma parte mais aplicada e mais interessante. Este conteúdo diz respeito aos conceitos de produto e renda usados em publicações técnicas e também na mídia em geral.

Como discutido na Unidade 1, a Contabilidade Nacional deve ser compreendida como um sistema contábil padronizado que permite que se avalie quantitativamente a atividade econômica de uma nação em um determinado tempo.



A Contabilidade Nacional é, portanto, uma ferramenta essencial para quem busca entender o que acontece com os agregados macroeconômicos ao longo do tempo (não esqueça que as contas nacionais produzem os valores dos agregados macroeconômicos continuamente ao longo do tempo).

### **A quem interessa então o resultado das contas nacionais?**

Ora, claramente, ao governo, ou melhor, a quem cabe o acompanhamento da economia nacional e a intervenção sobre esta economia, através de políticas macroeconômicas, com o objetivo de alcançar mais crescimento e menos inflação. Como também mencionamos na Unidade 1, esta mudança de paradigma foi devida principalmente aos trabalhos e à influência de Keynes.

Isto é, o despertar para o interesse em acompanhar agregados macroeconômicos só foi possível porque os governos e os formuladores de política econômica passaram a acreditar que alguma intervenção do governo era melhor do que nenhuma e, mais, que esta intervenção (através de políticas econômicas: monetárias e fiscais) era eficiente.

Essas idéias keynesianas confrontaram as idéias predominantes das primeiras décadas do século XX que defendiam o liberalismo, que o mercado se auto-regula, sem qualquer intervenção.

Mas o que nos interessa mais aqui é que as idéias de Keynes foram baseadas em uma análise macroeconômica, com uma implicação direta sobre a necessidade de obter valores dos principais agregados macroeconômicos. Como acompanhar problemas da economia se não se consegue medi-los?

Como verificar se os remédios diagnosticados para fazer a economia crescer estão dando certo se não se tem uma avaliação contínua de agregados macroeconômicos como produto, desemprego e inflação?

A resposta para estas perguntas foi o desenvolvimento de sistemas de contas nacionais.



Mas, lembrem-se: a quem principalmente interessa o resultado dessas contas nacionais?

Ora, é claro, ao governo; ou, como se costuma chamar em economia, ao formulador de política econômica.

De um lado, para avaliar o desempenho econômico de uma nação, precisa-se das contas nacionais. Por outro lado, a contabilidade social só pôde ser desenvolvida porque a análise de Keynes forneceu a base teórica; isto é, as definições e principais relações entre os agregados macroeconômicos.

Então, pensem comigo: as contas nacionais, ao mesmo tempo, aplicam os conceitos e as idéias de Keynes e permitem que os formuladores de política econômica atuem de modo mais ativo com medidas monetárias e fiscais para alcançar seus objetivos (em geral, aumentar o crescimento ou reduzir a inflação).

Um próximo passo é, então, checar quais são os agregados macroeconômicos mais relevantes e suas relações com as contas nacionais. Isto está na seção 2.2.1.

## 2.2.1 IDENTIDADES MACROECONÔMICAS E CONTAS NACIONAIS

Em economia, e como visto na seção 2.1, o produto é sempre igual à renda. Além disso, em condições de equilíbrio macroeconômico, o produto é igual ao dispêndio desta renda.

Assim, em equilíbrio, o produto agregado ou renda agregada ( $Y$ ) é igual à demanda agregada ( $DA$ ); isto é:  $Y = DA$ .

Logo, considerando as três dimensões da produção e a condição de equilíbrio macroeconômico, tem-se que

$$\text{Produto} = \text{Renda} = \text{Demanda (ou Dispêndio)}$$

Dado que produto e renda são sempre iguais (e chamados de  $Y$ ) e assumindo uma economia fechada e sem governo, podemos dizer que a renda das famílias é alocada em consumo ou em poupança; logo:

$$Y = C + S$$

**Equilíbrio macroeconômico** – Entende-se por equilíbrio macroeconômico a igualdade entre a oferta agregada e a demanda agregada; ou seja, a economia está em equilíbrio quando as empresas estão dispostas a produzir e a vender uma quantidade igual àquela que os consumidores estão dispostos a gastar.



Notem, portanto, que a decisão de poupar é na verdade um sacrifício ao consumo; isto é

$$S + Y - C$$

Por outro lado, se observarmos as opções de gastos que as famílias possuem, o dispêndio da renda será em bens de consumo – no nosso exemplo, tijolos para construir casas – ou em bens de investimento (tijolos para construir novos fornos). Logo, tem-se:

$$Y = C + I$$

Onde I é o investimento. Assim, a condição de equilíbrio de que oferta agregada é igual à demanda agregada, pode também ser escrita por:

$$C + S = Y = C + I$$

$$S = I$$

Isto é, em equilíbrio macroeconômico, a poupança é igual ao investimento.

Agora, em uma economia com setor externo e com governo, pela ótica da alocação da renda, tem-se que o produto é dado por:

$$Y = C + S + RLG + RLEE$$

Onde RLG é a Renda Líquida do Governo e RLEE é a Renda Líquida Enviada ao Exterior. A RLEE é aquela definida na seção anterior.

A Renda Líquida do Governo (RLG) é dada por tudo o que o governo arrecada menos o que ela paga de volta para a sociedade. Em termos intuitivos, a RLG é aquele recurso que o governo dispõe para fazer jus aos seus gastos. Logo,

$$RLG = \text{Impostos Diretos} + \text{Impostos Indiretos} - \text{Transferências} - \text{Subsídios}$$

No exemplo dos tijolos da seção anterior, observando a conta do governo, pode-se calcular a RLG como: total das receitas (41) – Transferências e Subsídios (15) = 26. No nosso exemplo, o consumo do governo é 24, o que resulta em um superávit (ou poupança) do governo igual a 2. Na literatura de macroeconomia, muitas vezes, a RLG é escrita apenas como T (de tributação; de fato, tributação líquida). Assim, como no exemplo numérico acima,  $RLG (26) > \text{Consumo do Governo ou } G (24)$ , a poupança do governo é positiva.

Pela ótica do dispêndio, ou examinando os componentes da demanda pelo produto, tem-se:

$$Y = C + I + G + (X - M)$$

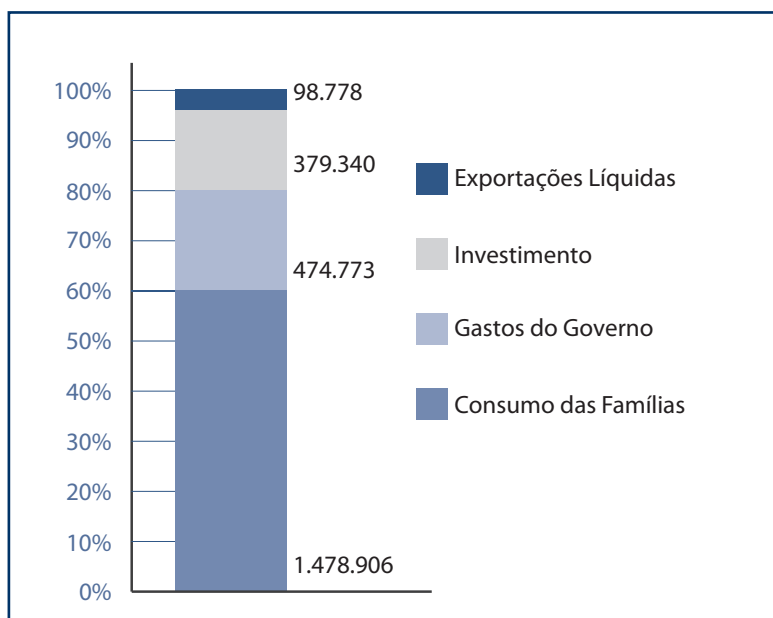
Onde: G são os gastos de consumo do governo e (X - M) é o saldo das exportações de bens e serviços (X) sobre as importações de bens e serviços (M).

Esta última equação, que expressa a renda ou produto de uma economia como igual ao dispêndio da renda desta economia ou demanda agregada, é muito útil em teoria macroeconômica.

Por isso, vale a pena olhar como ficam esses componentes na prática.

A Figura 05 apresenta o produto (no caso, o Produto Interno Bruto ou PIB, que vamos explicar melhor a seguir) para 2006 (em milhões de reais) para o Brasil. Repare que os componentes do produto (Y) são os mesmos observados na identidade da ótica do dispêndio para uma economia com governo e com setor externo.

O consumo das famílias representou no ano de 2006 aproximadamente 60,30% do PIB; os gastos do governo representaram 20%; o investimento foi equivalente a 16,77% e as exportações líquidas a 2,9% do total.



**Figura 5** – Produto (Produto Interno Bruto/PIB) e seus componentes pela ótica do dispêndio – Brasil – 2006 (em R\$ milhões e %).  
Fonte: Dados brutos IBGE.

## 2.2.2 DEFINIÇÕES DE PRODUTO

Enfim podemos apresentar e discutir as diferentes definições e modo de medir o produto de uma economia. Existem três qualificações que podem ser usadas, dependendo do que se quer medir. Isto é, o produto pode ser: bruto **ou** líquido; interno **ou** nacional; e a preços de mercado **ou** custo de fatores.

### BRUTO *VERSUS* LÍQUIDO

É importante notar a diferença entre o gasto da empresa com matérias-primas – que são totalmente absorvidas no processo de produção – e o gasto com máquinas e equipamentos – que são absorvidos pouco a pouco ao longo do tempo.

A depreciação é justamente esse consumo ou desgaste das máquinas, equipamentos e instalações (ou do capital fixo) ao longo do tempo. Assim, se considerarmos o produto bruto, estamos incluindo todo aquele gasto das empresas para manter as máquinas e equipamentos atualizados ou não depreciados. A diferença entre produto bruto e produto líquido é a depreciação.

### Na prática como se mede depreciação?

Depende da duração física do equipamento ou do tempo que ele leva para ficar obsoleto. Quantos de nós já descartamos computadores novinhos e funcionando, mas que se tornaram obsoletos, ultrapassados por questões de velocidade e capacidade de armazenamento.

Para o cálculo prático do produto de uma economia, adota-se uma taxa que se encontrou como uma média em taxas de depreciação de empresas, 5% ao ano. Ou seja, para calcular a depreciação, aplicam-se 5% sobre o estoque total de capital fixo de uma economia.

Portanto:

$$\text{Produto Bruto} = \text{Produto Líquido} + \text{Depreciação}$$

### INTERNO *VERSUS* NACIONAL

Como já visto acima, quando se considera uma economia aberta, deve-se incluir na oferta total de bens e serviços a renda líquida enviada ao exterior (RLEE). A RLEE – que mede a diferença entre o valor pago aos fatores de produção estrangeiros utilizados internamente a um país e o valor recebido referente ao uso de fatores nacionais em um país estrangeiro – é justamente o que diferencia o produto interno e o produto nacional.

Assim, a RLEE está incluída no produto nacional (ou no total de bens e serviços ofertados no país), mas não no produto interno, pois é devido aos fatores de produção estrangeiros.

Logo, no caso do Brasil e de muitos outros países em desenvolvimento em que a RLEE é positiva (se enviam mais pagamentos de fatores para o exterior do que se recebe), o PIB é menor do que PNB.

#### Biblioteca Virtual



Acesse a Biblioteca Virtual e leia o texto: *A renda Líquida Enviada ao Exterior – RLEE*.

Portanto:

$$\text{Produto Nacional} = \text{Produto Interno} - \text{RLEE}$$

#### **PREÇOS DE MERCADO *VERSUS* CUSTO DE FATORES**

Se não houvesse governo em uma economia, esta diferença entre preços de mercado e custo de fatores não existiria. Mas o governo quando cobra impostos de empresas e quando devolve a estas empresas benefícios tributários influencia o sistema de preços de uma economia.

Como assim?

Ora, pensem comigo. Os impostos, não todos eles, apenas os chamados impostos indiretos – que incidem sobre o preço da mercadoria (como são os casos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS e Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI) – tornam os produtos mais caros para o consumidor, embora não custem mais caro para serem produzidos.

De modo análogo, os subsídios – que podem ser desde simples isenções fiscais até efetivamente benefícios ou pagamentos que o governo faz para as empresas quando elas produzem determinado bem – fazem com que o preço do produto feito pelas empresas fique mais baixo; de fato, abaixo de seu custo. Logo, quando se mede o produto a preços de mercado, esta medida inclui o valor dos impostos indiretos deduzidos dos subsídios recebidos pelas empresas.

Portanto:

$$\text{Produto a preços de mercado} = \text{Produto a custo de fatores} + \text{Imposto Indireto} - \text{Subsídios}$$

A partir dessas diferenças, pode-se chegar às definições mais conhecidas de produto de uma economia:

- Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm)

É o valor agregado, deduzido das transações intermediárias e medido a preços de mercado, de todos os bens e serviços produzidos dentro do **território econômico** do país num dado período.

- **Produto Nacional Bruto a preços de mercado (PNBpm)**

É equivalente ao PIBpm descontado da Renda Líquida Enviada ao Exterior (RLEE).

- **Produto Nacional Líquido a preços de mercado (PNLpmf)**

Consiste no PNBpm menos a depreciação.

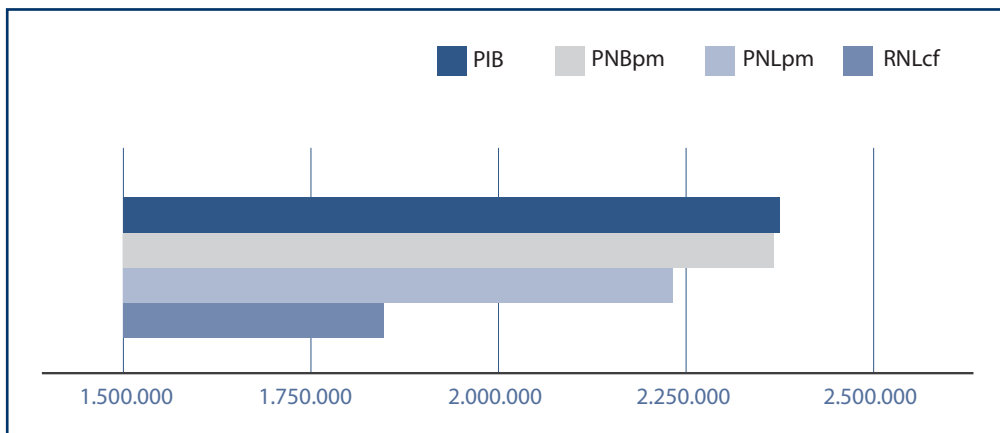
- **Produto Nacional Líquido a custo de fatores (PNLcf)**

É o PNLpm menos os impostos indiretos mais os subsídios.

Na Figura 06 estão representados os conceitos acima para o ano de 2006 no Brasil (os dados estão em milhões de reais). Pode-se observar que a diferença entre interno e nacional não é muito representativa (PIBpm e PNBpm são muito próximos).

A depreciação e, principalmente, a incidência de impostos indiretos (deduzidos dos subsídios) são bastante significativos. Notem que a participação dos impostos indiretos sobre o PIBpm foi de 15,5% em 2006.

Por território econômico de um país, entende-se: 1) território terrestre; 2) espaço aéreo e águas territoriais; 3) jazidas e explorações sobre as quais o país dispõe de direitos exclusivos; 4) "enclaves territoriais" como embaixadas, consulados e bases militares; 5) equipamentos móveis como barcos de pesca, navios, aeronaves e plataformas flutuantes.



**Figura 6** – Medidas de Produto – Brasil – 2006 (em R\$ milhões).

Fonte: Dados brutos IBGE.

## Palavra do Professor



Vocês lembram da identidade entre produto e renda?

Ótimo! Então, em qualquer lugar onde está dito “produto” pode também ser lido “renda”. Logo PIBpm é igual à Renda Interna Bruta a preços de mercado, e assim por diante.

Mas um conceito de renda é particularmente importante: Renda Nacional.

Renda Nacional é o valor referente a todas as rendas recebidas pelos fatores de produção usados ao longo de um ano, acrescido das transferências do governo às empresas (subsídios).

Se temos o PIBpm, como chegamos até a Renda Nacional?

**Siga o seguinte cálculo:**

$$\text{PIBpm} - \text{RLEE} = \text{PNBpm}$$

Por que tirar a RLEE?

Ora, porque essas remunerações recebidas por não-residentes no Brasil (como pagamentos de juros e envio de lucros de empresas multinacionais instaladas aqui) não vão ficar disponíveis para serem gastas aqui.

$$\text{PNBpm} - \text{Depreciação} = \text{PNLpm}$$

A depreciação sai do cálculo da renda nacional também por ser um recurso que não vai influenciar na renda dos residentes deste país.

$$\text{PNLpm} - \text{Impostos Indiretos} + \text{Subsídios} = \text{PNLcf}$$

Deduzem-se, no cálculo da Renda Nacional, os impostos indiretos e somam-se os subsídios. Claramente os impostos indiretos, por incidirem antes da decisão de consumo e por estarem embutidos no preço, reduzem a renda nacional. Os subsídios, por sua vez, aumentam a renda dos empresários e podem resultar em redução dos preços dos bens; logo, aumentam a renda nacional.

**Este conceito de PNLcf é o que se chama de Renda Nacional**  
(PNLcf = RN)



Ah, mas é com a renda nacional que as pessoas e as empresas vão às compras (ou seja, é a RN que é alocada em despesas de consumo e investimento)?

**Não. Por quê?**

As pessoas e as empresas ainda devem pagar impostos diretos que incidem sobre suas rendas e lucros. Este resultado é chamado de Renda Nacional Disponível (RND):

$$\text{RND} = \text{RN} - \text{Impostos Diretos}$$

**Atividade de Aprendizagem - 2**

**Desafio:** Responda a estas duas questões de concursos públicos anteriores.

Concurso Banco Central do Brasil 2005 – Analista Área 3

- 1) Foram extraídos os seguintes dados das Contas Nacionais do Brasil de 2003, em milhões de reais (R\$ 1.000.000,00):

Despesas de consumo final	1.192.613
Saldo externo de bens e serviços	(-) 56.078
Produto Interno Bruto	1.556.182
Poupança Bruta	317.172
Transferências correntes recebidas liquidamente do exterior	8.753
Formação Bruta de Capital Fixo	276.741
Variação de Estoques	30.750

Logo, a Renda Nacional Bruta da economia brasileira nesse ano correspondeu, em milhões de reais, a:

- a) 1.444.954
- b) 1.501.032
- c) 1.509.785
- d) 1.518.538
- e) 1.574.616

2) Concurso Petrobras 2008 – Cargo Profissional Junior – Formação: Economista

Num certo ano, o PIB de um país será maior que o seu PNB se:

- a) houver um excesso de exportações;
- b) houver ganhos de reservas internas;
- c) houver um *deficit* orçamentário do setor público;
- d) for positivo o investimento externo;
- e) for positiva a resnda líquida enviada ao exterior.

Verifique seu acerto no gabarito disponível no AVEA.



---

---

### Resumo da unidade:

Nesta segunda unidade você conheceu dois setores importantes da economia: o governo e o setor externo. Esperamos que tenha conseguido entender como se montam as contas nacionais de um país, quando esses dois setores são adicionados. Agregados macroeconômicos – como Produto Interno Bruto e Renda Nacional Líquida – são medidas do desempenho de uma nação. Conhecer estas medidas facilita ações de planejamento público e também privado. Discutimos, assim, como as contas nacionais são úteis para a criação dessas políticas de desenvolvimento, com base na análise da evolução desses agregados macroeconômicos ao longo do tempo.

Continuaremos aprofundando o seu conhecimento sobre Contas Nacionais na próxima unidade.





3

## CONTAS NACIONAIS: PROBLEMAS DE MEDIDA E COMPARAÇÕES

Caro (a) estudante,

Vamos tratar agora de temas práticos e de grande interesse. Por quê? Um dos principais objetivos da Contabilidade Social é permitir que o produto de uma economia seja avaliado comparativamente; isto é: Será que o produto caiu ou cresceu em relação ao ano passado? Será que a renda dos brasileiros é maior ou menor do que a renda dos argentinos? Essas comparações ao longo do tempo e entre regiões ou países não são tão simples, e a contabilidade nacional desempenha um papel-chave para fazer com que isso seja possível. É sobre isso que vamos discutir. Aproveite bem!

### 3.1 CONTAS NACIONAIS: O EFEITO DA INFLAÇÃO

Quando lemos:

“A economia brasileira cresceu 5,4% em 2007, informou nesta quarta-feira o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). É a maior taxa de expansão constatada desde 2004, quando houve crescimento de 5,7% [...]

Em valores, o PIB brasileiro totalizou R\$ 2,558 trilhões no ano passado. Já o PIB per capita (divisão do total do PIB pela população residente) cresceu 4% em relação a 2006, chegando a R\$ 13,515.” (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u381048.shtml>). Acesso em: 12/03/2008.

A notícia refere-se a um crescimento nominal ou real do PIB?

Qual é a diferença entre nominal e real?

- **Crescimento nominal** é quando se considera a expansão em termos monetários sem descontar a inflação.
- **Crescimento real** é quando levamos em conta que a expansão em termos monetários deve ser descontada da inflação.

Pegue o seu salário, por exemplo. Pouco adianta um aumento de salário de 20% em um ano, se naquele ano a inflação foi de 30%. Em termos reais, neste caso, o salário caiu.

IBGE – é uma fundação pública da administração federal que tem como função o cálculo de índices de preços, o levantamento de censos demográficos, o levantamento das informações e o cálculo das contas nacionais do Brasil.

Então, quando o IBGE divulga a informação de que o PIB cresceu 5,4% em 2007, isto significa que o produto do Brasil aumentou 5,4% de modo real (e não como simples consequência do aumento dos preços).

A informação relevante para o caso do crescimento do PIB, ou qualquer outra definição de produto de uma economia, é referente ao crescimento real. A taxa de crescimento real do PIB fornece o quanto aumentou em quantidade, ou em termos físicos, o produto da economia.

Um exemplo claro da importância de que a análise do crescimento econômico deve ser com base no produto real é quando se observam períodos em que a inflação foi mais elevada. Se pegarmos os dois últimos anos de inflação muito elevada antes do Plano Real, notamos o seguinte:

**Tabela 9** - Crescimento do PIBPM X Inflação.

CRESCIMENTO DO PIBPM	INFLAÇÃO (MEDIDA PELO IPCA)
1993 = 2.099 %	1993 = 2.477%
1994 = 2.377%	1994 = 916%

Com certeza, ninguém argumentaria que o produto brasileiro; isto é, o total de bens e serviços produzidos em um ano, aumentou 2.099 %. Este aumento nominal é efeito do rápido aumento dos preços nesse período. Notem que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aumentou ainda mais do que o PIB nominal nesse ano.

Fica evidente, então, que para o cálculo do PIB em termos reais deve ser descontada a inflação. Para isso é importante entender o conceito de números índices que veremos a seguir.

### NÚMEROS ÍNDICES E CÁLCULO DO PRODUTO REAL

O conteúdo de números índices e técnicas de deflacionamento é matéria de estatística econômica. Contudo, é essencial que em Contabilidade Social se discuta brevemente esse conteúdo para que se possa entender a importância do cálculo do produto ou renda real.

Para exemplificar o cálculo de valores reais, vamos usar o caso do salário mínimo e o preço da gasolina (Tabela 10). Logo, o valor real do salário mínimo estará denominado em litros de gasolina.

Deflacionamento – quando se retira o efeito da inflação sobre um valor monetário.

**Tabela 10** – Valor Nominal e Real do Salário Mínimo: 2006-07.

MÊS/ANO	SALÁRIO MÍNIMO (EM R\$, MÉDIA)	PREÇO DA GASOLINA (R\$/LITRO)	SALÁRIO MÍNIMO REAL (EM LITROS DE GASOLINA)	SALÁRIO MÍNIMO REAL (2006 = 100)
2006	337,50	2,31	146,10	100
2007	372,50	2,54	146,65	100,37

Fonte: Dados brutos: IPEA [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)

Notem que, de 2006 para 2007, houve um aumento do salário mínimo nominal (10,37%); mas também um aumento do preço da gasolina (9,96%). Sabemos que houve, portanto, um ganho do salário mínimo em termos de gasolina – pois o aumento do salário foi maior do que o aumento do preço da gasolina.

Pode-se escrever o valor real do salário mínimo em litros de gasolina – estamos supondo que esse é o preço relevante, que importa para quem recebe salário mínimo. Isto resulta na quarta coluna da tabela.

Registrou-se, no período, um aumento do poder de compra do salário de 146,10 litros para 146,65 litros; ou seja, uma expansão real de 0,37%. Por fim, é muito usual a análise econômica recorrer a números índices. No caso da última coluna, reescreve-se o valor real do salário mínimo (denominado em litros de gasolina) como um índice em que o valor de 2006 é igual a 100 e o valor de 2007 é igual à variação relativa de 2007 em relação a 2006 sobre 100.

Número índice – é a razão de uma determinada variável avaliada em um espaço de tempo em que se refere o valor corrente relativo ao período base (ou referência). Em um índice simples, em que se tem apenas um produto (como no caso do preço da gasolina), é simplesmente uma regra de três.

Um problema interessante surge quando se tem vários produtos como relevantes para o deflacionamento. Quase sempre este é o caso na prática. No caso do salário mínimo, além da gasolina, sem dúvida, são importantes para aferir o poder de compra do salário, itens como alimentos, aluguel e vestuário.

**No caso do PIB de uma economia, quais são produtos relevantes para que se calcule o seu valor real?**

A resposta é todos. Como o PIB congrega todos os bens e serviços de uma economia, para que se calcule o seu valor real – isto é, o valor do PIB descontado o efeito da inflação – deve-se considerar um índice de preços que levante os preços de todos os bens e serviços.

Existem vários índices de preços agregados – isto é, que combinam preços de diversos bens e serviços – na economia brasileira. Mas antes de apresentá-los, vamos brevemente discutir como um índice de preços agrega, mistura preços de diferentes mercadorias. Ora, pense no seu caso: quais os preços que são mais importantes na sua estrutura de consumo?

Sem dúvida preços como do aluguel ou prestação da casa própria, preço da carne de gado, frango e preço do pão francês são, em geral, mais importantes do que preços de aluguel de DVD, preço de algum tempero (mostarda) ou preço de algum eletrodoméstico. Portanto, intuitivamente, uma técnica de agregação de preços de diversos bens deve atribuir pesos diferentes aos bens, de acordo com a importância deles em nossa estrutura de consumo.

Penso que a melhor maneira de entender isso é continuar nosso exemplo de salário mínimo. Mas, agora, considerando que quem recebe salário mínimo não está apenas preocupado com o preço da gasolina, mas também com preço da carne de frango.

Os números estão na Tabela 11. O problema agora é que não me adianta calcular o valor do salário mínimo em litros de gasolina e em quilos de frango. Eu quero saber qual é o meu poder de compra (de quem ganha um salário mínimo), e como este poder de compra é afetado ao longo do tempo, considerando os dois produtos que são relevantes para mim.

Para isso é necessário compor ou agregar os dois preços e, nesse caso, precisa-se saber qual é a importância de cada um na estrutura de consumo. Na prática, esta importância é dada por pesquisas com os consumidores. Digamos que no nosso caso (com apenas dois bens), tenhamos o seguinte: importância da gasolina, 30%; importância do frango, 70%. Então a regra de agregação dos dois preços é a seguinte:

$$\text{Índice Agregado de Preços}_t = \left( \sum_{i=1}^2 \frac{\text{preço}_{i,t}}{\text{preço}_{i,0}} \times \text{Peso}_i \right) \times 100$$

Parece complicado, não é? Mas, não é.

A intuição é simplesmente calcular a variação do preço de cada bem (de um ano em relação ao anterior) e multiplicar pelo peso, pela importância daquele bem. No nosso exemplo, o preço do frango subiu mais do que o da gasolina (26,7% contra 9,96%). Como a participação do frango é maior do que a da gasolina na estrutura de consumo, a inflação medida por esses dois produtos vai estar mais perto do aumento dos preços da carne de frango. Matematicamente:

$$\text{Índice Agregado de Preços}_{2007} = \left( \left[ \frac{2,54}{2,31} \times 30\% \right] + \left[ \frac{2,61}{2,06} \times 70\% \right] \right) \times 100 = (0,329 + 0,886) * 100 = 121,5$$

**Tabela 11** – Valor Nominal e Real do Salário Mínimo 2006-07 (cont.).

MÊS/ANO	SALÁRIO MÍNIMO (EM R\$, MÉDIA)	PREÇO DA GASOLINA (R\$/LITRO)	PREÇO DO FRANGO (R\$/KG)	ÍNDICE AGREGADO DE PREÇOS (2006=100)	SALÁRIO MÍNIMO REAL (2006=100)
2006	337,50	2,31	2,06	100	337,50
2007	372,50	2,54	2,61	121,5	?

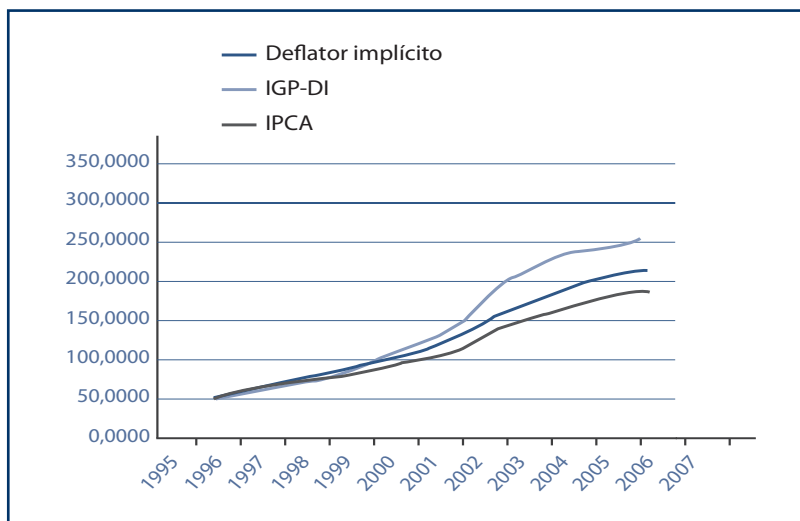
Fonte: Dados brutos: IPEA [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br).

Notem que o índice agregado de preços para 2006 é simplesmente igual a 100 (pois 2006 é o ano base ou de referência). A variação do índice de preços é a taxa de inflação. Então, no nosso exemplo simples de dois bens, a inflação de 2007 foi 21,5%.

OK! Na prática, os índices de preços incluem centenas de bens e serviços. Mas a lógica é a mesma deste exemplo simples. Entre estes índices, no caso brasileiro, estão os seguintes:

- **IGP-DI – Índice Geral de Preços** – Disponibilidade Interna – calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), é o mais antigo índice de inflação usado no Brasil.
- **IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo** – é calculado pelo IBGE e é o índice usado pelo Banco Central para acompanhar a inflação (regime de metas inflacionárias).
- **Deflator Implícito do PIB** – Este índice é de grande interesse em contabilidade nacional, porque ele é calculado diretamente quando se apura o produto de um país. O deflator implícito mede também a variação de preços de bens e serviços ao longo de um determinado tempo. É um índice bastante amplo – pois considera todos os bens e serviços transacionados – mas é menos divulgado na mídia porque não é disponível rapidamente (é publicado com uma defasagem de alguns meses).

É natural que esses índices, por atribuírem pesos diferentes às mercadorias que compõem as cestas de consumo e por serem calculados em cidades e períodos do mês não coincidentes, resultam em taxas de inflação que não são iguais (mas que mostram uma mesma tendência). Isto está na Figura 7 abaixo.



**Figura 7** – Índices de Preços do Brasil – 1995-2007.  
 Fonte: Dados Brutos: IPEA [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br).

Palavra do Professor

Finalmente, entendido o que são os índices de preços, podemos avaliar como se calcula o valor real do produto de uma economia.

Em termos do nosso exemplo na Tabela 11 o que se busca é encontrar o valor real do salário mínimo em 2007. Ora, quando tínhamos apenas um bem, o valor real do salário era o valor do salário nominal dividido pelo preço do bem. De modo análogo, quando se tem dois ou muitos bens, o valor do salário mínimo real é dado pela divisão do salário mínimo nominal em relação, agora, ao índice de preços. Ou seja:

$$\text{Valor Real}_t = \frac{\text{Valor Nominal}_t}{\text{Índice de Preços}_i} \times 100$$

No caso do salário mínimo real em 2007, tem-se

Como o salário mínimo real de 2006 é o próprio salário mínimo nominal de 2006 (substitua os valores na fórmula acima para checar), tem-se que o salário mínimo real em 2007 – considerando estes dois bens, gasolina e frango – perdeu valor em termos reais (nesse exemplo, o salário caiu 9,2% em 2007).



No caso do cálculo do PIB ou PIB *per capita* em termos reais, tem-se a seguinte expressão:

$$\text{PIB Real}_t = \frac{\text{PIB Nominal}_t}{\text{Deflator Implícito do PIB}_i} \times 100$$

Onde o índice de preços comumente usado é o deflator implícito. A Tabela 12 mostra o resultado do cálculo do PIB real para o Brasil usando o deflator implícito.

Notem que a diferença entre o PIB nominal e o PIB real é justamente o efeito da inflação. O PIB nominal é a produção de bens e serviços avaliada a preços correntes, enquanto que o PIB real é a produção de bens e serviços avaliada a preços constantes.

**Tabela 12** – PIB Nominal, Deflator Implícito e PIB Real – Brasil 1995-2007.

	PIB NOMINAL (R\$ MILHÕES)	DEFLATOR IMPLÍCITO (1995=100)	PIB REAL (R\$ MILHÕES)	CRESCIMENTO DO PIB REAL (% AO ANO)
1995	705.640,89	100,00	705.640,89	
1996	843.965,63	117,08	720.845,26	2,15
1997	939.146,62	126,04	745.117,91	3,37
1998	979.275,75	131,37	745.433,32	0,04
1999	1.064.999,71	142,51	747.315,78	0,25
2000	1.179.482,00	151,32	779.462,07	4,30
2001	1.302.136,00	164,89	789.699,80	1,31
2002	1.477.822,00	182,29	810.698,34	2,66
2003	1.699.948,00	207,31	820.002,89	1,15
2004	1.941.498,00	223,97	866.856,28	5,71
2005	2.147.239,00	240,12	894.235,80	3,16
2006	2.369.797,00	254,89	929.733,22	3,97
2007	2.558.821,35	261,08	980.090,91	5,42

Fonte: Dados Brutos IBGE.

### O deflator implícito está definido na base 1995=100. O que isso significa?

Que o PIB real estará denominado, expresso a preços constantes de 1995. Se eu quiser expressar o resultado a preços de hoje (ou preços de 2007, que é o índice mais recente disponível), basta mudar a base para 2007=100 – isto é obtido usando uma regra de três simples. O resultado do PIB real, a preços constantes de 1995, indica as variações reais do PIB brasileiro.

Pode-se verificar que 2004 e 2007 foram os anos de maior crescimento do PIB real; por outro lado, em 1998, o crescimento da produção de bens e serviços na economia brasileira foi quase nulo. A Figura 08 mostra o crescimento do PIB

real e nominal nesse período.

É evidente que o que mede aumento de produto e renda e melhoria nas condições de vida da população é o PIB real – que cresce menos do que o PIB nominal por causa do efeito da inflação. Lembrem-se disso!

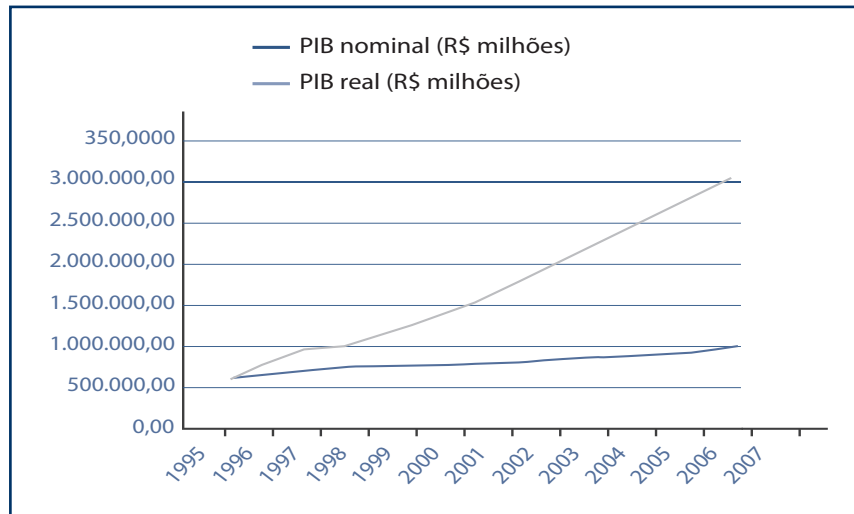


Figura 8 – Evolução do PIB nominal e Real – Brasil, 1995-2007

Fonte: Dados Brutos IBGE

### 3.2 COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

A notícia do início desta Unidade também informa que o PIB *per capita* brasileiro aumentou 4% no ano de 2007; menos, é claro, do que o total do PIB devido ao crescimento demográfico.

O que é o produto ou renda *per capita* de um país?

O produto ou renda per capita de um país é uma medida de padrão médio de vida da população daquele país. Ele é obtido simplesmente pela divisão do produto ou renda do país (de acordo com o conceito de produto que se julgue mais adequado para o caso) e pela população do país.

**A renda per capita é uma boa medida de desenvolvimento econômico de um país?**

**De modo geral, não. Por quê?**

Porque ela expressa uma renda média e como tal pode ser resultado de uma forte concentração de renda nas mãos de poucos habitantes. Isto é, se você tem três filhos, um tem um salário de R\$ 11 mil/mês e os outros dois têm salário de R\$ 500/mês cada, a renda (ou salário) *per capita* dos filhos é de R\$ 4 mil/mês.

Sem dúvida, esta média esconde grandes distorções entre os salários. A mesma coisa tende a acontecer entre as rendas das pessoas em muitos países, especialmente países em desenvolvimento. Logo, o produto ou renda *per capita* é um indicador que pode ser adotado juntamente com outros para medir a qualidade de vida média da população em um país.

**Palavra do Professor**

Mais adequado do que a renda *per capita* são indicadores que buscam avaliar diversas medidas de desenvolvimento humano dos países (esses indicadores serão vistos na Unidade 6).

Apesar das restrições ao uso da renda *per capita* como medida de desenvolvimento, dado seu cálculo simples e sua interpretação intuitiva e direta, muitos são os estudos que comparam o produto ou a renda *per capita* das nações.

**Mas pode-se comparar o PIB *per capita* brasileiro em 2007, igual a R\$ 13.515, com o PIB *per capita* dos Estados Unidos em 2007, igual a US\$ 46.040?**

**Sim ou Não?**

Claro que não! O PIB *per capita* brasileiro está em reais e o PIB *per capita* dos Estados Unidos está em dólares americanos.

**Qual a saída?**

Uma saída é transformar as rendas para uma mesma moeda (digamos, dólares americanos) usando a taxa de câmbio corrente média do ano. Este procedimento é chamado de **método Atlas** do Banco Mundial.

Assim, a renda (aqui medida pelo PIB) *per capita* brasileira em 2007, igual a R\$ 13.515, é dividida pela taxa de câmbio corrente (média do ano de 2007) que é R\$/US\$ 1,95, o que resulta em uma renda *per capita* brasileira igual a US\$ 6.930 (este resultado está na Tabela FF apresentada posteriormente). Agora, como a renda brasileira está em dólares, ela pode ser comparada à renda dos EUA e de todos os demais países do mundo (que também transformam suas rendas de acordo com suas taxas de câmbio).

**Método Atlas** – Quando os produtos ou rendas de diversos países são transformados para uma mesma moeda a partir da taxa de câmbio corrente (média do período examinado).

Porém, o método Atlas do Banco Mundial tem sido questionado. Por que razão?

Pensem comigo: as taxas de câmbio entre real e dólar, dólar e euro, real e iene, e assim por diante, expressam relações de troca entre os países e refletem condições de preços daquelas mercadorias que são comercializadas entre eles.

### **Como assim?**

Pensem firme: aqueles bens e serviços que não são comercializados entre os países acabam não influenciando as taxas de câmbio correntes. Um exemplo vai deixar isso mais claro.

Com 1.000 dólares americanos, você pode comprar praticamente a mesma quantidade de petróleo na China ou nos EUA. Isto porque petróleo é uma *commodity*, um bem comercializado no mundo todo. Mas com estes 1.000 dólares americanos, onde você pode alugar um apartamento maior? Em uma cidade dos EUA ou da China?

### **Onde você pode comprar mais serviços pessoais (como cortes de cabelo, consertos e manutenção de equipamentos)?**

A resposta natural é: na China. Muitos serviços são não comercializáveis, como aluguel de imóveis e serviços que são intensivos em mão-de-obra. Esses serviços são mais baratos em países menos desenvolvidos, o que faz com que uma mesma renda em dólares resulte em um poder de compra mais elevado em países menos desenvolvidos (como a China) do que em países mais desenvolvidos (como os EUA).

Esta idéia de que existem diferentes custos de vida entre diversos países, principalmente entre países em desenvolvimento e em países desenvolvidos, deu origem à abordagem da paridade de poder de compra (PPP, do inglês, *purchasing power parity*).

A taxa de câmbio da PPP justamente incorpora este princípio de que os custos de vida em diferentes países são diferentes por causa da não mobilidade dos bens e serviços não-comercializáveis (isto é, não se pode exportar imóveis de aluguel da China para os EUA – imóveis, assim como muitos serviços, são não comercializáveis).

Então, quando se calcula essa taxa de câmbio dada pela PPP para um conjunto de países e se transforma a renda *per capita* de acordo com essa taxa de câmbio, o resultado é chamado de renda per capita corrigida pela PPP.

Método da PPP – Quando os produtos ou rendas de diversos países são transformados para uma mesma moeda a partir da taxa de câmbio da PPP; isto é, a taxa de câmbio que é calculada considerando que os custos de vida de cada país são influenciados por bens e serviços não comercializáveis.

A taxa de câmbio pode ser expressa pela moeda doméstica em relação a qualquer outra moeda, mas o usual é o dólar americano. A questão relevante é que a taxa de câmbio considera que os custos de vida são distintos entre os países. Então, quando as rendas per capita de diversos países são corrigidas pela PPP, aqueles países com custo de vida mais baixo (devido ao menor preço dos não comercializáveis) são os que têm a renda per capita mais aumentada. Um exemplo disso está na tabela 13.

**Tabela 13** – Renda Nacional Bruta per Capita 2007 – em US\$ milhões (corrente e corrigida pela PPP).

MÉTODO ATLAS			MÉTODO DA PPP		
Posição	País	US\$	Posição	País	US\$
15°	Estados Unidos	46.040	10°	Estados Unidos	45.850
132°	China	2.360	122°	China	5.370
85°	Brasil	6.930	98°	Brasil	9.370
6°	Suíça	59.880	13°	Suíça	43.870
25°	Japão	37.670	28°	Japão	34.600

Fonte: Dados Brutos: Banco Mundial.

Pode-se observar que países que têm um alto custo de bens e serviços não-comercializáveis, como Suíça e Japão, têm suas rendas *per capita* diminuídas quando se aplica a correção pelo custo de vida (PPP). Por outro lado, países com um custo de vida relativamente baixo, como a China e o Brasil, têm um aumento na renda *per capita* no método da PPP.

### Saiba Mais

#### PPP e o Índice BigMac

Uma forma divertida de entender o princípio da PPP é adotar o preço do BigMac em diversos países do mundo e o preço do BigMac nos EUA. Como o BigMac é um bem homogêneo, uma *commodity* (praticamente igual em qualquer lugar do mundo), a relação do preço no país doméstico (Brasil, por exemplo) e nos EUA poderia ser encarada como uma taxa de câmbio de equilíbrio de acordo com a PPP. A comparação dessa taxa de câmbio dada pela PPP e a taxa de câmbio corrente no país forneceria uma medida de quanto a moeda doméstica está valorizada (ou o quanto o país está caro em relação ao resto do mundo) ou desvalorizada (ou o país está barato em relação ao resto do mundo). Para resultados em 2008, ver <http://www.oeconomista.com.br/indice-big-mac-e-a-valorizacao-do-real/>

### Atividade de Aprendizagem - 3



A escolha de um índice de preços para deflacionar o produto de um país (ou qualquer outra variável escrita em valores monetários) é uma decisão importante, com implicações decisivas sobre o resultado.

Por que se adota o deflator do PIB quando se busca calcular o produto real?

Calcule o crescimento do PIB real do Brasil nos últimos três anos, adotando o deflator do PIB e o Índice Geral de Preços (IGP-DI).

Dados em [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)

Envie para seu tutor.



### Resumo da unidade:

Nesta Unidade você aprendeu que um dos principais objetivos da Contabilidade Social é permitir que o produto de uma economia seja avaliado comparativamente, permitindo-se verificar se um produto caiu ou cresceu em relação ao ano anterior. Ou ainda, se a renda dos brasileiros é maior ou menor do que a renda dos italianos, por exemplo. Estas comparações ao longo do tempo e entre regiões ou países não são tão simples, e a contabilidade nacional desempenha um papel chave para fazer com que isso seja possível. Agora, você já está apto para fazer análises simples de desempenho da economia dos países.

Na próxima Unidade você irá entender o Balanço de Pagamentos e como são organizadas nele todas as transações que o país realiza com o resto do mundo.



4



## BALANÇO DE PAGAMENTOS

Caro(a) estudante, quando vimos as contas nacionais, em um sistema simplificado, discutimos brevemente sobre o setor externo. Dado a importância do setor externo nas últimas décadas (aumento do comércio internacional e dos investimentos das multinacionais), vamos apresentar a parte referente às transações econômicas com o exterior em mais detalhe.

A análise do Balanço de Pagamentos é uma matéria instigante, pois trata das relações econômicas dos países com o resto do mundo, o que dá início a todos os conteúdos que envolvem a economia internacional. Vamos juntos, então?

### 4.1 DEFINIÇÕES E PROBLEMAS DE MEDIDA

#### Palavra do Professor



Bem, uma vez que as economias não são fechadas, mas têm relações comerciais com o resto do mundo, é necessário que tais transações sejam também contabilizadas no produto ou renda de uma nação.

Em nosso exemplo simples de contas nacionais em uma economia aberta (seção 2.1), tratamos de um modo mais resumido e esquemático os efeitos das transações internacionais, incluindo apenas os conceitos de exportações e importações de bens e serviços e a renda líquida enviada ao exterior. Os valores referentes a essas operações são todos computados pelo balanço de pagamentos de uma economia que é, de fato, um conceito mais amplo.

O balanço de pagamentos registra, de modo sistemático, as transações econômicas de um país em relação ao resto do mundo, em um dado período do tempo.

Essas transações envolvem, por exemplo, exportações e importações de mercadorias, investimentos de empresas brasileiras no exterior e investimentos de empresas estrangeiras no Brasil e todos os pagamentos e recebimentos relativos a fluxos financeiros com o exterior (empréstimos e financiamentos).

A contabilização desses fluxos com o resto do mundo é orientada pelo System of National Accounts 1993 (discutido lá na seção 1.4, lembram?).

Uma forma alternativa de definir o balanço de pagamentos é entendê-lo como:

**Um registro sistemático das transações econômicas efetuadas entre os residentes de um dado país e os residentes do resto do mundo, em um dado período do tempo.**



Esta definição imediatamente coloca uma questão: quem são os residentes de um país?

Para efeito de contabilidade nacional são residentes de um país:

- Aquelas pessoas que moram permanentemente e fazem transações nesse país. Isto inclui aquelas pessoas que estão temporariamente fora do país, como turistas, funcionários diplomáticos e estudantes.
- Aquelas empresas que têm sede ou operações nesse país. Como assim? A GM do Rio Grande do Sul é residente do Brasil? Sim, o conceito de residente inclui as empresas brasileiras com operações no Brasil e também as filiais de **empresas multinacionais** no Brasil. Assim, as exportações da GM do Brasil entram como crédito de exportação no balanço de pagamentos do Brasil.
- O próprio governo desse país.

### Saiba Mais



Empresas Multinacionais: O que são e quem são?

A empresa multinacional (EMN) é definida, segundo Eiteman, Stonehill e Moffet (2002, p. 24) como “uma empresa que tem subsidiárias, filiais e afiliadas operando em países estrangeiros”. Esta definição inclui empresas de áreas tradicionais como indústria de transformação, agrícola, petrolífera e mineração; além de abranger empresas de serviços como consultoria, contabilidade, entretenimento, construção, bancários, hotelaria, entre outros.

A abertura das economias e a rapidez nos processos de informações têm estimulado as empresas não apenas a exportar seus produtos, mas também a operar com instalações no exterior. Esses investimentos em capacidade de produção das empresas em outros países caracterizam as empresas como multinacionais. No Brasil, existem muitas empresas multinacionais que investem no país, gerando aumento da produção e do emprego, estimulando a concorrência e trazendo novas tecnologias para o país. Por outro lado, as multinacionais são responsáveis por significativas remessas de lucros que retornam para seus países de origem.

Veja agora a relação das oito maiores empresas multinacionais em operação no Brasil.

(Dados da Revista Exame, Melhores e Maiores 2008).

### **1º lugar: Volkswagen (Alemanha)**

Vendas no Brasil (em US\$ milhões): 16.743,8

Volkswagen é uma empresa produtora de automóveis, sediada em Wolfsburg, Alemanha. Em alemão, Volkswagen significa “carro popular”. Em 1933, pouco tempo depois de Hitler assumir a liderança da Alemanha, ele pediu a Ferdinand Porsche que fizesse um automóvel apropriado para a classe trabalhadora. Em 1934, Porsche concordou em criar o “carro popular” para Hitler.



### **2º lugar: Ambev (Bélgica)**

Vendas no Brasil (em US\$ milhões): 15.098,4

A Companhia de Bebidas das Américas (AmBev) é uma indústria privada de bens de consumo originalmente do Brasil, fusão entre a Antarctica e a Brahma. Em 2004, a Ambev associou-se à cervejaria belga Interbrew (com capital majoritário) e o resultado desta associação foi a criação da InBev, uma das principais cervejarias do mundo.

**AmBev**

### **3º lugar: Fiat (Itália)**

Vendas no Brasil (em US\$ milhões): 13.485,2

O nome FIAT é um acrônimo de Fabbrica Italiana Automobili Torino (“Fábrica Italiana Automóveis Turim”, em português), mas também pode significar “faça-se” em latim. Foi fundada em 1899.



### **4º lugar: General Motors (EUA)**

Vendas no Brasil (em US\$ milhões): 12.356,9

General Motors Corporation, (fundada em 1908) é a maior montadora automobilística do mundo. Tem sede em Detroit, capital americana da produção de automóveis. A GM tem várias marcas no seu portfólio, como: Buick, Cadillac, Chevrolet, Oldsmobile e Pontiac. A expansão da GM em outros países rendeu-lhe outras marcas: Daewoo, Holden, Hummer, Opel, Saturn, Saab e Vauxhall.



**5º lugar: Telefonica (Espanha)**

Vendas no Brasil (em US\$ milhões): 12.126,5



*Telefonica*

A maior operação de linha de telefones fixos da Telefonica na América Latina está em São Paulo. É dona da operadora Vivo, juntamente com a portuguesa Portugal Telecom. O grupo Telefonica está no Brasil desde 1996, quando adquiriu a CRT, uma operadora de linhas fixa e móvel do sul do país.

**6º lugar: Shell (Holanda/EUA)**

Vendas no Brasil (em US\$ milhões): 11.478,9



A Shell é listada pela Revista Fortune como a 3ª. Maior empresa do mundo. É a líder de mercado nos Estados Unidos, contando com aproximadamente 25.000 postos de gasolina.

**7º lugar: Vivo (Portugal/Espanha)**

Vendas no Brasil (em US\$ milhões): 10.474,2



**vivo**

A Vivo atua no mercado brasileiro desde 2003, a partir da integração dos grupos Portugal Telecom e Telefonica Móviles no Brasil, e atende hoje 13 estados brasileiros. É a maior operadora de telefonia móvel do Hemisfério Sul.

**8º lugar: Bunge (Holanda)**

Vendas no Brasil (em US\$ milhões): 8.121,0



**BUNGE**

Em 1818, a Bunge & Co. é fundada em Amsterdã, Holanda, com o objetivo de comercializar produtos importados das colônias holandesas e grãos. Em 1905, a Bunge participa minoritariamente do capital da S.A. Moinho Santista (em Santos-SP). É o início de uma rápida expansão no Brasil, onde atua nos ramos de alimentação, *agrobusiness*, químico e têxtil.

**PROBLEMAS DE MEDIDA**

O acompanhamento estatístico dos movimentos econômicos, que já é difícil dentro do próprio país, em relação a algumas transações externas é bem mais complicado.

Um exemplo bastante conhecido dos brasileiros é o intenso fluxo comercial do Paraguai para o Brasil de modo informal e, portanto, não contabilizado pelas

estatísticas oficiais. Mas, como destacam Feijó et al. (2001), muitos países do mundo estão sujeitos a estas dificuldades de medida das transações externas.

Mesmo nos EUA, as estimativas do comércio fronteiriço com o Canadá, dos gastos de turistas no exterior e dos fluxos de capitais para países com menos exigência de regulamentação financeira (os conhecidos paraísos fiscais) são precárias.

Por outro lado, é verdade que boa parte dessas transações econômicas informais ou sem controle acaba aparecendo no balanço de pagamentos devido ao efeito dessas operações sobre o movimento de moeda estrangeira, sendo contabilizadas como “erros e omissões”.

Bem, mas isso já é o desdobramento do balanço de pagamento em suas contas, o que veremos a seguir.

## 4.2 AS CONTAS DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

O balanço de pagamentos (**BP**) de um país pode ser dividido em três principais contas:

- (i) Transações Correntes ou Conta Corrente (CC)
- (ii) Conta Capital e Financeira (CK)
- (iii) Erros e omissões

Desconsiderando a conta de erros e omissões, o saldo de balanço de pagamentos (BP) pode ser escrito com:

$$\text{Saldo em } \mathbf{BP} = \text{Saldo em } \mathbf{CC} + \text{Saldo em } \mathbf{CK}$$

### Palavra do Professor



Note que evidentemente um país pode ter superávit (isto é, saldo positivo) em CC e déficit (isto é, saldo negativo) em CK. O saldo em BP é resultado dos saldos obtidos em CC e CK.

O saldo em BP deve ser zero?

Não. Um país pode ter déficits ou superávits em balanço de pagamentos por muitos anos.

Qual a consequência, por exemplo, de um país que tem déficits em BP?

Como se dá o ajuste desse país na medida em que suas transações com o exterior representam uma saída de recursos maior do que a entrada de recursos?

O ajuste ocorre via mudança nas reservas internacionais. Isto é, se um país tem um déficit com o resto do mundo, esse país deve “pagar” esse déficit com suas reservas. Já se o país tem um superávit nas transações externas, então, esse país experimenta um aumento de suas **reservas internacionais**.

Reservas internacionais são os depósitos em moeda estrangeira, como o dólar americano, o euro e o iene, mantidos pelos bancos centrais dos países. Estes recursos são usados pelos bancos centrais com a intenção de cumprir compromissos financeiros internacionais.

*Varição de Reservas Internacionais = Saldo em BP*

### **PRINCIPAIS CONTAS**

As duas grandes contas do balanço de pagamentos podem ser examinadas de modo mais desagregado. A Tabela 14 abaixo apresenta esta desagregação para o caso brasileiro em 2006 e 2007. Seguindo o exemplo, vamos então definir e avaliar essas contas desagregadas.

Para uma descrição mais completa das definições das contas que compõem o balanço de pagamentos, ver [http://www.bcb.gov.br/pec/sdds/port/balpagam\\_p.htm](http://www.bcb.gov.br/pec/sdds/port/balpagam_p.htm).

**Tabela 14** – Balanço de Pagamentos – Brasil 2006-07 em US\$ milhões).

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
<b>Balança comercial</b>	46457	40027
Exportação de bens	137807	160649
Importação de bens	-91351	-120622
<b>Serviços e rendas (líquido)</b>	-37120	-42344
Serviços	-9640	-13053
Receita	19476	23808
Despesa	-29116	-36861
Rendas	-27480	-29291
Receita	6462	11493
Despesa	-33942	-40784
<b>Transferências unilaterais correntes</b>	4306	4029
<b>Transações correntes</b>	13643	1712
<b>Conta capital e financeira</b>	16299	88924
Conta capital	869	756
Conta financeira	15430	88168
Investimento direto	-9380	27518
Investimento brasileiro direto	-28202	-7067
Investimento estrangeiro direto	18822	34585
Investimentos em carteira	9081	48390
Investimento brasileiro em carteira	6	286
Investimento estrangeiro em carteira	9076	48104
Ações de companhias brasileiras	7716	26217
Títulos de renda fixa	1360	21887
Derivativos	41	-710
Outros investimentos	15688	12970
<b>Erros e omissões</b>	628	-3152
<b>Resultado do balanço</b>	30569	<b>87484</b>

Fonte: Dados Brutos: Banco Central do Brasil ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)).

Na conta de **Transações Correntes** estão: (i) balança comercial; (ii) conta de serviços e de renda; e (iii) conta de transferências unilaterais.

- (i) A balança comercial do país com o resto do mundo é o resultado das exportações de bens deduzido das importações de bens. Se o país exporta mais do que importa, a balança comercial é superavitária.
- (ii) Na conta de serviços e rendas estão envolvidas as receitas e despesas com o exterior decorrentes de transações com intangíveis, desde remessa de juros e lucros até despesas com viagens internacionais. Fica mais claro se se subdivide a conta em duas subcontas: de serviços (de não fatores) e de rendas (ou serviços de fatores).

- (iii) Na conta de transferências unilaterais estão as transferências de recursos que o país realiza, em bens ou moeda, sem contrapartida, com os demais países do mundo. São registradas nesta conta doações humanitárias e reparações de guerra.

#### Biblioteca Virtual



Acesse o AVEA e veja as características das subcontas de serviços, como um importante complemento deste conteúdo.

### Como podemos interpretar os resultados da Conta Corrente no Brasil?

A tabela 15, apresentada anteriormente, indica que o Brasil é superavitário na balança comercial, mas deficitário na conta de serviços. Os excelentes preços das *commodities* e o aumento da competitividade das empresas brasileiras têm levado a economia brasileira a bater sucessivos recordes em exportação.

As importações também crescem; o que é um bom sinal, dado que o Brasil importa muitos bens de capital (máquinas e equipamentos), essenciais para sustentar o crescimento da economia. A conta de serviços e rendas no Brasil é persistentemente deficitária. Por quê?

Principalmente porque o Brasil (o governo e as empresas) é devedor líquido, e por isso o pagamento de juros sobre a dívida externa é alto. Além do déficit em rendas, somos deficitários em serviços, como fretes, seguros e *royalties*. Mas, o saldo em CC tem sido positivo; isto é, o superávit na balança comercial tem compensado o déficit em serviços e rendas.

### CONTA CAPITAL E FINANCEIRA

A **Conta Capital** compreende as transferências de patrimônio e compra e venda de ativos não produzidos/não-financeiros. Esta conta não é de grande expressão no BP brasileiro (veja Tabela PP). Incluem-se nesta conta as transferências de patrimônio de migrantes e as rendas de ativos não produzidos e não financeiros (as quais se referem a marcas, patentes e franquias).

Na **Conta Financeira** estão relacionados (i) o investimento direto, (ii) o investimento em carteira, (iii) os derivativos financeiros; e (iv) outros investimentos.

- (i) O investimento direto é mensurado a partir da entrada e saída de investimento produtivo cujo montante de participação acionário do inves-



tidor deverá ser superior a 10% das ações da empresa. O investimento direto é aquele relacionado à estratégia de empresas multinacionais. Estas empresas podem vender para um mercado externo não apenas exportando para ele, mas estabelecendo naquele mercado uma unidade produtiva. Este é o investimento direto.

- (ii) O investimento em carteira, por outro lado, é caracterizado pelo investimento em renda fixa (títulos) e renda variável (ações), inferiores a 10% do controle acionário da empresa. O investimento em carteira ou de portfólio é tipicamente financeiro, de curto prazo e naturalmente especulativo e volátil.
- (iii) Os derivativos financeiros estão relacionados ao investimento no mercado de capitais (como mercado de futuros, a termo e de opções). São aplicações financeiras de caráter especulativo.
- (iv) Outros investimentos incluem itens importantes do BP como o valor de novos empréstimos e financiamentos e a amortização destes empréstimos e financiamentos. No caso do Brasil, a obtenção de um novo empréstimo internacional (contraído pelo governo ou por uma empresa residente no Brasil) é um crédito na conta financeira. No momento do pagamento desse empréstimo, o valor referente ao principal do empréstimo é chamado de amortização e é registrado nessa conta financeira. Já o valor referente ao pagamento dos juros desse empréstimo (juros dessa dívida externa) é contabilizado na conta de serviços.

### **Como podemos interpretar os resultados da Conta Capital e Financeira no Brasil?**

Os dados da Tabela 15 evidenciam que a conta capital e financeira no Brasil foi positiva em 2006 e 2007, mas bastante volátil. De fato, os ingressos de capital, sejam investimentos externos e mesmo financiamentos de empresas residentes no Brasil captados no mercado internacional, são de difícil previsão. Tais fluxos são fortemente influenciados pelo estado de expectativas.

Pode-se notar, por exemplo, a extraordinária melhora na atração de investimento direto e investimento em carteira no Brasil em 2007. Este resultado foi fortemente influenciado pelo bom desempenho brasileiro em 2007 em termos de crescimento do PIB e controle de inflação – o que conferiu ao Brasil, no início de 2008, a condição de “*investment grade*”; ou seja, condição de atração de investimento segundo a agência Standard and Poor’s.

## Links

Veja a notícia na íntegra no link: <http://afp.google.com/article/ALeqM5jRRmHK6rNLmqo8HGbaYooYot9H7A>).

Esse quadro positivo de atração de investimentos foi fortemente modificado pela crise do sistema financeiro iniciada em setembro com a falência do Banco Lehman Brothers nos EUA. A conta capital e financeira deve fechar com significativo déficit em 2008 devido à realocação de investimentos de carteira promovida pelos investidores em busca de aplicações mais seguras.

Por fim, os **Erros e Omissões** são a soma de Transações Correntes com a Conta Capital e a Conta Financeira. É um item de “fechamento” do balanço de pagamentos, que apresenta certas diferenças por motivos de arredondamentos e de diferentes datas de lançamentos.



Então, o que significa dizer que o Brasil teve um saldo positivo no balanço de pagamentos de US\$ 87,4 bilhões?

Como visto antes, estes US\$ 87,4 bilhões referem-se à acumulação positiva de reservas internacionais que são mantidas pelo Banco Central. Para que servem estas reservas?

Para o Banco Central intervir no mercado de câmbio – como as vendas de dólar que fez no final de 2008 para tentar segurar a tendência de alta da cotação do dólar – para amortizar dívida externa do governo brasileiro e para financiar as próprias operações do balanço de pagamentos (já que o Banco Central, no caso do Brasil, centraliza as operações com moeda estrangeira).

Para não ficarmos apenas com a ideia dos dados do balanço de pagamentos do Brasil, observe a seguir os balanços de pagamentos do Japão, da China e do Brasil, com estruturas de contas mais agregadas e de fácil visualização (Tabela 15).

**Tabela 15** – Balanço de Pagamentos, Japão, China e Brasil - 2007 (em US\$ milhões).

US\$ Million Item	JAPÃO	CHINA	BRASIL
	2007	2006	2007
Bens e serviços	85.584	72.758	26.974
Balança Comercial	105.130	79.966	40.027
Exportações	677.061	428.741	160.649
Importações	571.930	348.775	-120.622
Serviços	-19.546	-7.208	-13.053
Renda	138.200	4.426	-29.291
Transferências Unilaterais	-11.459	13.623	4.029
Saldo em Transações correntes	212.324	90.807	1.712
Conta Financeira	-182.131	28.923	88.168
Investimento Direto	-50.703	26.569	27.518
Investimento em Portfólio	70.054	-29.200	48.390
Derivativos financeiros	2.731	-	-710
Outros Investimentos	-204.211	31.554	12.970
Conta Capital	-3.997	1.948	756
Conta Capital e Financeira	-186.128	30.871	88.924
Saldo do Balanço de Pagamentos	-36.496	-122.112	87.484
Erros e Omissões	10.299	434	-3.152

Fonte: Dados Brutos > IMF (International Monetary Fund) - ([www.imf.org/external/pubs](http://www.imf.org/external/pubs)).

Quais as semelhanças e diferenças mais importantes entre os BPs desses três países?

Uma semelhança importante é que os três países são superavitários em suas balanças comerciais (exportam mais do que importam). Outra semelhança: os três têm déficits em serviços. Mas o Japão tem um alto superávit em rendas, o que se deve ao ingresso de lucros de multinacionais japonesas espalhadas pelo mundo.

As diferenças são grandes quanto aos investimentos. Em 2007, o Brasil tem superávit em investimentos diretos e de carteira, a China tem superávit em investimento direto e déficit em carteira e o Japão tem déficit em investimento direto e superávit em carteira. A China tem sido o mais importante país emergente em termos de atração de investimento direto, dado seu enorme mercado interno e seus baixos custos de produção. O Japão perde, em termos líquidos investimento direto, pois suas empresas investem muito em outros países.

### Atividade de Aprendizagem - 4



No *site* do IPEA ([www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)), avalie a trajetória do saldo do balanço de pagamentos do Brasil (resultado global de balanço de pagamentos) e das reservas internacionais (do balanço de pagamentos) no período 1995-2007.

Qual a relação entre elas?

O que será que o Brasil tem feito com essas reservas internacionais?

Observe para o mesmo período a evolução da dívida externa pública (registrada) brasileira. Esta trajetória te dá alguma pista?

Encaminhe suas respostas para sua tutoria *online*.



### Resumo da unidade:

Nesta unidade você aprendeu como as transações que um país realiza com o resto do mundo são contabilizadas. Vimos como essas transações estão dispostas em três contas, e que existem problemas de medida dos movimentos econômicos, o que dificulta sua contabilização precisa. Mesmo assim, o balanço de pagamentos é a principal ferramenta utilizada pelos economistas, administradores, contabilistas, e outros, quando querem analisar as relações econômicas dos países com o resto do mundo.



5

## CONTAS NACIONAIS NO BRASIL

Prezado(a) estudante, nesta unidade vamos apresentar rapidamente as mudanças ocorridas no sistema brasileiro de contas nacionais e de como as contas nacionais são publicadas pelo IBGE, especialmente alcançando as disposições sugeridas por instituições internacionais (como as Nações Unidas).

Trataremos também de desdobramentos das contas nacionais, principalmente a matriz insumo-produto – muito útil em planejamento nacional e regional.

Por fim, discutiremos a importância de contas nacionais no contexto local (estadual e municipal). É uma questão prática, de importância para o desenvolvimento local e uma promissora área de atuação do economista.

Muito ânimo agora! Já estamos na reta final.

### 5.1 O SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS DO BRASIL E AS TABELAS DE RECURSOS E USOS

A maior mudança na metodologia de construção das Contas Nacionais do Brasil ocorreu em 1997, quando o IBGE adotou a 3ª versão do Manual de Contas Nacionais da ONU, publicado em 1993 – o conhecido System of National Accounts-SNC/1993.

Antes dessa mudança – que representou a adesão brasileira ao padrão internacional de contabilidade nacional – o desempenho da economia brasileira era medido pelo Sistema de Contas Nacionais Consolidadas, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que calculou o PIB brasileiro de 1947 a 1989. Com essa mudança, foi realizada uma profunda alteração nesse sistema, afetando a base de dados e ampliando a própria estrutura.

A mudança ocorrida em 1997 levou o IBGE a divulgar uma nova série de contas nacionais para o período 1990 a 1997, e estabeleceu o Sistema de Contas Nacionais do Brasil como ele vigora até os dias de hoje. Em março de 2007, o IBGE divulgou uma pequena mudança no Sistema de Contas Nacionais. O objetivo desta mudança foi apenas ajustar o sistema brasileiro a algumas recomendações de instituições internacionais como a própria ONU (responsável pelo SNA/1993), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Historicamente, a primeira versão do que se chama hoje de Manual de Contas Nacionais foi publicada pela própria ONU em 1953. O conteúdo, como já discutido anteriormente, inspirado nos agregados macroeconômicos keynesianos, foi organizado pelo economista inglês Richard Stone – o qual propôs um Sistema de Contas dos Setores Institucionais, que hoje caracteriza a base das Contas Econômicas Integradas (CEIs). Em 1968, foi publicada a segunda versão do Manual de Contas Nacionais da ONU. Esta segunda versão foi também influenciada pelo trabalho de um economista, o russo Wassily Leontief, que agregou ao Manual de Contas Nacionais o estudo das relações intersetoriais da economia, que deu origem às atuais: Matriz de Insumo-Produto e Tabela de Recursos e Usos (TRUs).

### O Novo Sistema de Contas Nacionais no Brasil (1997)

Este sistema adotado em 1997 contém as Contas Econômicas Integradas (CEI) – que contemplam as contas: produto interno bruto, renda nacional disponível, capital e transações com o resto do mundo – e ainda outros sistemas de contas de apoio, dentre as quais se destacam as Tabelas de Recursos e Usos (TRUs) e Matriz Insumo-Produto.



Bem, destas três contas, qual vem primeiro; isto é, na prática, o que se calcula primeiro?

Na prática, a contabilidade nacional começa pelas TRUs. Então, vamos entendê-las.

- » Tabelas de Recursos e Usos (TRUs) – estas tabelas apresentam os resultados agregados de oferta total, demanda total e renda por setores de atividades. Elas vinculam-se diretamente às Contas Econômicas Integradas (CEIs), que serão detalhadas na seção 4.2. Além disso, as TRUs consistem na base para a construção do modelo da Matriz Insumo-Produto (que será discutido na seção 4.3).

Mas como é que é a forma da TRU?

Vejamos a Figura 9. As TRUs estão divididas em três tabelas. A primeira delas (Tabela I) é a Tabela de Recursos de Bens e Serviços, que apresenta a oferta total de bens e serviços de uma economia (A). Esta oferta (A) é resultado, pelo lado de sua origem, da soma da produção (A1) e da importação (A2).

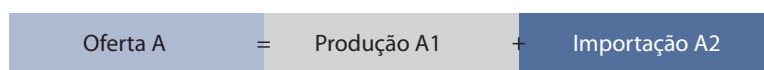


A segunda tabela (Tabela II) é a Tabela de Usos de Bens e Serviços, na qual a oferta (A), pelo lado destino, é a soma dos usos que se pode dar ao produto na forma de consumo intermediário (B1) e demanda final (B2).

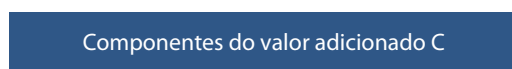
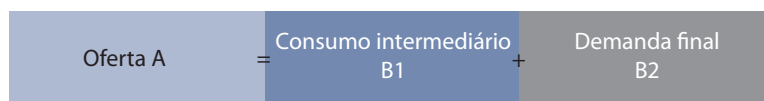
A terceira tabela identifica os Componentes do Valor Adicionado, denominado por (C), para cada setor de atividade. Notem (e lembrem-se do que vimos nas unidades anteriores) que esta decomposição do valor adicionado por setores de atividade permite (e a TRU traz isso) o cálculo do valor adicionado nas categorias de renda. Isso é o produto da economia!

Os setores de atividade são classificados segundo as atividades econômicas e incluem atividades como: agropecuária; indústria extrativa mineral; indústria de transformação; comércio; transporte; intermediação financeira; e administração pública.

#### I – Tabela de recursos de bens e serviços



#### II - Tabelas de usos de bens e serviços



**Figura 9** – Tabela de Recursos e Usos (Abordagem Esquemática).  
Fonte: IBGE.

#### Palavra do Professor

Está claro para você que obter as TRUs para a economia (com linhas e colunas que identificam os diversos setores de atividade) é um começo importante para chegar ao produto desta economia?

### Links

Como estas tabelas são muito grandes, examinem as TRUs para o Brasil no ano de 2005, publicadas pelo IBGE, no link:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/referencia2000/2005/rec2005.pdf>.

## 5.2 AS CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS

As Contas Econômicas Integradas (CEIs) substituem as antigas contas de produto, renda, capital e resto do mundo. As CEIs são constituídas por três grupos de contas:

- (i) **O grupo A** consiste basicamente nas informações contidas nas TRUs e, portanto, resume a conta de bens e serviços.
- (ii) **O grupo B** é o coração das CEIs e apresenta-se dividido em três contas:
  - a) a **conta de produção** (ou como denominada no sistema anterior a 1997, conta PIB);
  - b) a **conta de renda** (ou renda nacional disponível bruta no Sistema de Contas Nacionais antigo). As CEIs apresentam a conta de renda em quatro subcontas: geração, alocação, distribuição e usos da renda;
  - c) a **conta de acumulação**, que é a mesma conta capital do Sistema antigo de Contas Nacionais;
- (iii) **O grupo C** descreve as operações de transações correntes com o resto do mundo.

O conjunto dessas tabelas é bastante informativo, em especial por apresentar o valor do PIB desagregado de acordo com os diversos níveis de agentes de uma economia: empresas (financeiras e não-financeiras), administração pública e famílias.

## Links

O entendimento completo do funcionamento das Contas Econômicas Integradas extrapola o objetivo deste curso, mas um exame de como são CEIs para o caso brasileiro ilustra a importância desse instrumento de contas nacionais.

Veja, então, um exemplo em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/referencia2000/2005/tab2000.pdf>

## 5.3 MATRIZ INSUMO-PRODUTO

A análise a partir de uma matriz insumo-produto permite prever o efeito de uma mudança na produção de uma indústria sobre a produção de outra indústria. Neste sentido, o objetivo de uma matriz insumo-produto não é apenas medir o produto final de uma economia (ou seja, medir o valor do PIB de uma economia), mas principalmente avaliar as transações que ocorrem no decorrer do processo produtivo, especialmente as relações interindustriais e o geração de bens e serviços intermediários.

A matriz insumo-produto enfatiza o grau e a magnitude da interdependência entre as diversas atividades produtivas de uma economia. O modelo de insumo-produto é útil não apenas em âmbito nacional, mas também para análises regionais.

Na análise de insumo-produto, a produção de uma indústria pode ser alocada como insumo de diversas outras indústrias e também, é evidente, como bem ou serviço de consumo final.

A análise de *input-output* (insumo-produto) foi modernamente desenvolvida por W. Leontief – que recebeu o prêmio Nobel de Economia por este trabalho. O sistema de relações interindustriais resulta também no produto de uma economia, mas não trilhando os mesmos caminhos de um sistema tradicional de Contas Nacionais. De fato, na abordagem de insumo-produto, o produto ou renda de uma economia é medido a partir da ênfase na transformação dos bens e valor adicionado em cada nível industrial.

**A matriz:** É um quadro ou matriz de dupla entrada que indica o quanto da produção de cada setor está sendo usado como insumo em outro setor.

## Palavra do Professor

Você deve notar que a matriz insumo-produto apresenta uma forma alternativa de calcular o produto de uma economia. É claro que este método é mais complexo e mais exigente do que aqueles visto nas unidades 2 e 3; mas, por outro lado, ele também fornece mais informações, principalmente com relação às transações intersetoriais.

Bem, a melhor forma de entender um pouco melhor a análise insumo-produto é através de um exemplo simples.

A tabela 16 apresenta a matriz insumo-produto para o caso brasileiro em 2005, em uma versão bastante simplificada. A simplificação está no número de setores considerados na matriz. No nosso exemplo, tomamos apenas três setores agregados: agropecuária, indústria extrativa mineral e indústria de transformação. Em uma matriz insumo-produto completa, estes setores estariam desagregados e também seriam considerados os segmentos do setor terciário.

**Tabela 16** - Matriz Insumo-produto (Versão Simplificada) Brasil 2005 (em R\$ milhões).

ENTRADAS	SAÍDAS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	DEMANDA FINAL	FLUXO TOTAL (VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO MAIS IMPORTAÇÕES)
Agropecuária		20.445	0	122.304	72.372	215.121
Indústria Extrativa Mineral		1.709	6.839	97.346	33.227	139.121
Indústria de Transformação		59.783	19.857	599.925	975.828	1.655.393
Valor adicionado bruto		105.163	45.353	333.381		
Importações		4.595	29.547	162.462		
Fluxo total (VBP mais importações)		215.121	139.121	1.655.393		

Fonte: Dados Brutos IBGE.

Cada elemento da matriz indica o valor da produção da atividade na linha (entrada) que é usada como insumo pela atividade na coluna (saída). Por exemplo, a agropecuária produziu R\$ 122.304 milhões que foram usados como insumos pela indústria de transformação. Além disso, a matriz indica na linha o valor agregado bruto (produto bruto) de cada setor que somado ao consumo

intermediário (valores das linhas que indicam as relações interindustriais) e às importações resulta no valor bruto de produção/VBP (ou valor das vendas).

Nas colunas, tem-se a soma do valor da produção de cada setor que vai ser transformado em outros setores e que vai para a demanda final. Esta soma é também o valor bruto de produção de cada setor.

Interessante, não?

Deste modo, se alcança o VBP, a partir do consumo intermediário, tanto somando o valor adicionado bruto e as importações, como somando a demanda final. Logo:

(i)  $VBP \equiv \text{consumo intermediário} + \text{valor adicionado}$

(ii)  $VBP \equiv \text{consumo intermediário} + \text{consumo final} - \text{importações}$

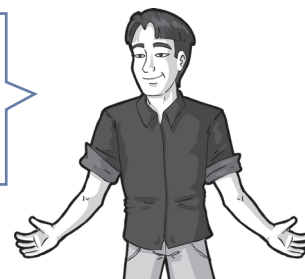
Onde o valor adicionado é o produto bruto de uma economia, e pode ser obtido por

(iii)  $\text{Valor adicionado} \equiv \text{soma das rendas primárias}$

Uma empresa que tem um alto faturamento gera um produto maior do que o de uma que tem um valor de vendas menor?

Quem vende mais é porque produz mais?

Uma empresa que tem um alto faturamento gera um produto maior do que o de uma que tem um valor de vendas menor?



Essa é uma boa pergunta!

Vamos pegar um exemplo:

Um supermercado fatura R\$ 30 milhões por ano, e uma empresa de pisos cerâmicos fatura R\$ 25 milhões por ano. Pode-se dizer que o supermercado tem um produto maior do que a empresa de pisos?

Não!

O que se pode dizer é que o valor bruto de produção (VBP) – que é a mesma coisa que faturamento ou vendas da empresa – é maior no supermercado do

que no fabricante de pisos. Mas o produto gerado em cada empresa depende do valor adicionado em cada uma.

Sem dúvida, o consumo intermediário do supermercado é muito maior do que o das empresas de pisos cerâmicos. O supermercado apenas comercializa e agrega valor aos bens pelas funções de serviço, como transporte, armazenagem, comercialização (como marketing, conforto aos clientes e diversidade de opções). Já a fábrica de pisos adquire insumos de valor relativamente baixo (como areia e argila) e transforma estes insumos em pisos cerâmicos.

Logo, o consumo intermediário tende a ser baixo e o produto gerado, alto. Assim, neste exemplo, eu apostaria que a fábrica de pisos gera mais produto (valor adicionado) do que o supermercado.

OK, voltando ao insumo-produto.

Pode-se, a partir da matriz input-output (Tabela 16), calcular a matriz de coeficientes técnicos (Tabela 17).



Como estes coeficientes técnicos são calculados?

Basta pegar o valor dos insumos do setor  $i$  usados no setor  $j$  e dividir pelo valor da produção do setor  $j$ . Por exemplo, o coeficiente técnico de 0,27 é dado pelo valor dos insumos produzidos pela indústria de transformação e usados pela agropecuária (R\$ 59.783 milhões) dividido pelo valor da produção da agropecuária (R\$ 215.121 milhões); isto é,  $59.783/215.121 = 0,27$ .

Este coeficiente significa a relação intersetorial da produção agropecuária em relação à indústria. Digamos que o produto da agropecuária fosse milho e o produto da indústria de transformação usado nas lavouras de milho fosse adubo. Então, 0,27 é o valor do adubo comprado pela agropecuária em relação ao valor do milho produzido.

Qual a utilidade disso?

Bem, pensem em planejamento ou previsões de demanda.

Se a área plantada de milho no ano vai aumentar e o valor da produção de milho deve atingir R\$ 300.000 milhões (tudo porque o preço estava bom ano passado e tem muito crédito no mercado), então em quanto deve aumentar o valor de adubo comprado pela agropecuária?

Fácil: ao invés de 215.121 (valor do milho do ano anterior), temos agora: 300.000, que deve ser multiplicado pelo coeficiente técnico de 0,27 (que nos diz quanto de adubo a produção de milho precisa) – o que resulta em 81.000. Esta é a previsão de quanto será o aumento da demanda de adubo para que o aumento da produção de milho seja viabilizado.

Para reforçar o entendimento, chequem os demais coeficientes técnicos (o cálculo e a intuição)

**Tabela 17** - Matriz de Coeficientes Técnicos (Versão Simplificada) - Brasil - 2005.

	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
Agropecuária	0,095	0	0,073
Indústria Extrativa Mineral	0,0079	0,049	0,058
Indústria de Transformação	0,27	0,14	0,36

Fonte: Dados Brutos IBGE.

## 5.4 CONTABILIDADE SOCIAL ESTADUAL

### Palavra do Professor

Como já temos dito outras vezes, a Contabilidade Social pode produzir o cálculo da renda e demais agregados macroeconômicos, não apenas no âmbito nacional, mas também em nível estadual, regional e municipal. Estes resultados da aplicação de técnicas de contabilidade nacional para regiões, e também produzidos de modo mais rápido do que o IBGE consegue produzir (que dá prioridade para o cálculo do PIB nacional), são instrumentos muito úteis para o planejamento regional e políticas de desenvolvimento local.

Muitas vezes, uma dificuldade importante é a de obter dados estatísticos suficientemente confiáveis para calcular o produto (em geral, o PIB) em nível regional. Para isso, os economistas propõem o uso de variáveis proxy ou variáveis que não são exatamente o que queremos medir, mas são muito relacionadas com isso.

Não vamos discutir aqui todas as possibilidades, mas um exemplo ilustra esta situação.

Podemos querer medir o produto industrial de um município, mas esta informação, que poderia ser obtida diretamente com as indústrias, não está disponível (ou é muito cara para conseguir, através de uma pesquisa de campo via entrevistas). Então, poder-se-ia tomar alguma outra variável muito relacionada com a produção industrial.

### Alguma idéia?

Dado que as indústrias são, em geral, mais intensivas no uso de máquinas e equipamentos, e que estes, quando estão produzindo consomem energia, uma boa variável *proxy* pode ser o consumo de energia (principalmente, energia elétrica).

Esses problemas de dados ocorrem com muita frequência em cálculos de contas nacionais para regiões, o que faz com que o IBGE calcule o PIB estadual em alguns anos apenas. A Tabela 18 abaixo expressa o PIB a preços correntes (ou nominal) e o PIB per capita para os estados da federação e para o Brasil em 2005.

**Tabela 18** - Produto Interno Bruto a preços correntes e Produto Interno Bruto *per capita* segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação Brasil – 2005.

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	2005	
	A PREÇOS CORRENTES (1.000 R\$)	PER CAPITA (R\$)
Norte	106.522.233	7.247
Rondônia	12.902.169	8.408
Acre	4.481.747	6.692
Amazonas	33.359.086	10.320
Roraima	3.178.611	8.123
Pará	39.150.461	5.617
Amapá	4.366.535	7.344
Tocantins	9.083.624	6.957
Nordeste	280.504.256	5.498
Maranhão	25.325.860	4.150
Piauí	11.124.892	3.700
Ceará	40.923.492	5.054
Rio Grande do Norte	17.862.263	5.948
Paraíba	16.864.193	4.690
Pernambuco	49.903.760	5.931
Alagoas	14.134.636	4.687
Sergipe	13.422.169	6.821
Bahia	90.942.993	6.583



GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	2005	
	A PREÇOS CORRENTES (1.000 R\$)	PER CAPITA (R\$)
Sudeste	1.213.790.703	15.468
Minas Gerais	192.610.905	10.012
Espírito Santo	47.190.914	13.846
Rio de Janeiro	246.936.060	16.052
São Paulo	727.052.824	17.977
Sul	356.261.428	13.208
Paraná	126.621.933	12.339
Santa Catarina	85.295.324	14.539
Rio Grande do Sul	144.344.171	13.310
Centro-oeste	190.160.672	14.604
Mato Grosso	21.641.772	9.557
Mato Grosso do Sul	37.466.137	13.365
Goiás	50.536.081	8.992
Distrito Federal	80.516.682	34.510
Total Brasil	2.147.239.292	11.658

Fonte: IBGE.

### O que pode ser depreendido destes resultados?

Ora, São Paulo é a maior economia do país, responsável em 2005 por 33,8% do produto interno bruto do país. A maior renda *per capita* do país está no Distrito Federal – o que é muito influenciado pelo fato de que praticamente não existe área rural (onde a renda média é mais baixa).

Muitos estados têm institutos de pesquisa que se dedicam ao estudo de problemas de desenvolvimento local e, para tanto, calculam o PIB desses estados e também de seus municípios. Um exemplo desse tipo de instituição é Fundação de Economia e Estatística/FEE do Estado do Rio Grande do Sul.

#### Links

Leia a notícia publicada no *site* da FEE recentemente sobre o crescimento do PIB gaúcho em 2007.

[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_pib\\_estado\\_desempenho.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_estado_desempenho.php)

### Atividade de Aprendizagem - 5



O cálculo do PIB por estados e municípios revela, muitas vezes, uma realidade socio-econômica em que se tem renda concentrada em algumas regiões do país e também em cada estado. Leia a notícia e avalie os dados publicados no site do IBGE sobre concentração de renda em alguns municípios brasileiros.

Quais os estados com maior grau de concentração de renda em poucos municípios? Que fatores podem contribuir para esta má distribuição espacial de renda?

[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=354](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=354)



### Resumo da unidade:

Nesta quinta unidade você aprendeu como se configura o Sistema de Contas Nacionais do Brasil, além de ter um breve histórico desse Sistema. Também apresentamos as Tabelas de Recursos e Usos (TRUs) que apresentam os resultados agregados de oferta total, demanda total e renda por setores de atividades e a Matriz Insumo-Produto, que avalia as transações que ocorrem no decorrer do processo produtivo, especialmente as relações inter-industriais e a geração de bens e serviços intermediários. E, por fim, discutimos as contas nacionais em nível municipal e estadual, além de sua importância para o desenvolvimento local.



6

## INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS

Caro (a) estudante, chegamos à última unidade desta disciplina (Ufa!).

O que está faltando para entender como e por que se mede o produto de uma economia?

Primeiro, porque uma das razões para calcular o PIB é para que tenhamos uma medida de riqueza; então, tratamos aqui de comparar PIB com desenvolvimento.

Segundo, porque até agora, estávamos supondo que as medidas para medir o produto e a renda fossem eficientes. Mas, na prática, algumas atividades econômicas escapam dos procedimentos estatísticos para levantar o movimento econômico de um país ou região.

Quais atividades?

Aquele cachorro-quente apimentado da esquina da sua casa: será que é contabilizado no PIB? E as vendas de comércio ambulante? E todo o movimento financeiro derivado de atividades ilegais, como contrabando e tráfico de drogas? Por certo, isto tudo não é diretamente medido pelas estatísticas oficiais.

É sobre este tema, controverso e difícil, que tratamos nesta última unidade.

### 6.1 PIB E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

#### Palavra do Professor



A controvérsia entre crescimento econômico e desenvolvimento em Economia é bastante grande. Para a presente disciplina é importante reconhecer que desenvolvimento é um objetivo muito mais amplo do que simplesmente obter taxas elevadas de crescimento do PIB. Embora também deva ser dito que o crescimento do PIB é um dos indicadores-chave para que uma economia ou região se desenvolva.

A relação entre crescimento econômico, entendido como a expansão do PIB (total e per capita), e desenvolvimento pode ser entendida pela própria definição do critério de desenvolvimento mais adotado em nível mundial: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Vamos conhecer mais sobre este índice:

## IDH

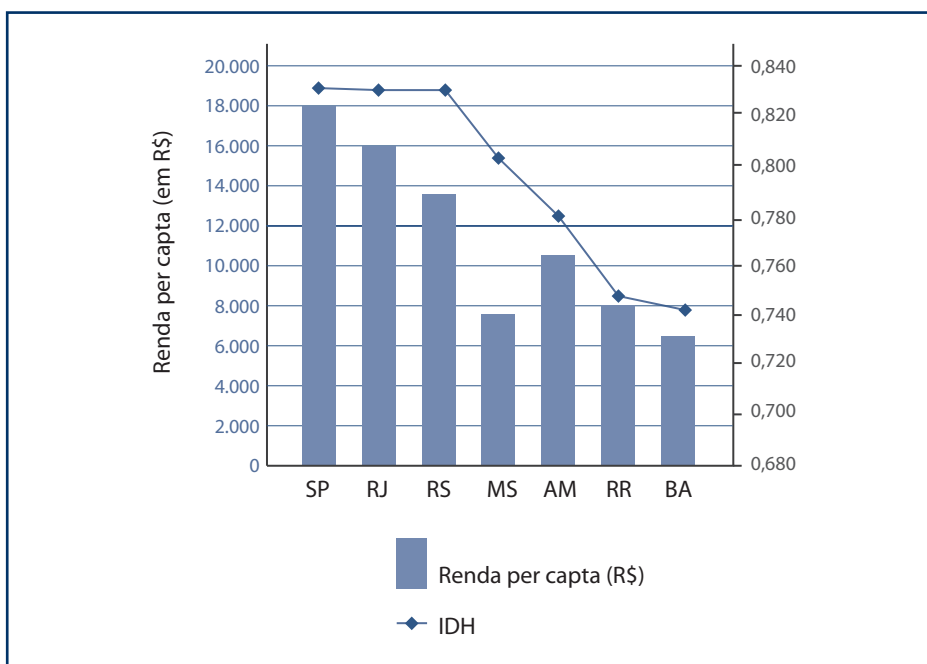
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH foi criado originalmente em 1990 para medir a diferença de desenvolvimento humano entre países, mas mais recentemente tem sido adaptado – em diversos países do mundo – para ser aplicado também a municípios e estados.

O cálculo é feito pela média simples de três componentes: IDH Longevidade, IDH Educação e IDH renda *per capita*. No caso brasileiro, calcula-se também o IDH-M; ou seja, o IDH por município. A renda municipal *per capita* é calculada com base em questionários aplicados a amostras de domicílios visitados pelos recenseadores do IBGE.

De acordo com o PNUD Brasil, “O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

Criado por Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da ‘felicidade’ das pessoas, nem indica ‘o melhor lugar no mundo para se viver’ (<http://www.pnud.org.br/idh/>).

Para um exame prático desse contraponto entre o IDH e o PIB *per capita*, note a figura 10 a seguir. Observe que, para os estados selecionados, há uma nítida relação direta entre PIB *per capita* e IDH: estados com maior renda *per capita* são também aqueles com IDH mais elevados.



**Figura 10** – IDH e PIB per Capita (R\$/ano) – Estados selecionados do Brasil - 2005.  
Fonte: IDH – PNUD e PIB *per capita* dos estados – IBGE.

O IDH varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). A classificação intermediária é a seguinte:

- (i) países com IDH até 0,499: desenvolvimento humano baixo;
- (ii) países com IDH 0,500 a 0,799: desenvolvimento humano médio;
- (iii) países com IDH superior a 0,800: desenvolvimento humano alto.

A Tabela 19 ilustra o IDH de alguns países selecionados. Entre os países de mais alto IDH estão países da Escandinávia, a Austrália e o Canadá. Os EUA, embora maior economia do mundo, ocupam a 12ª. Posição em IDH. O Brasil pela primeira vez na história ocupa o ranking de países com alto desenvolvimento humano (na verdade, o Brasil é o último da lista entre os países com alto IDH).

**Tabela 19** – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Países Selecionados - 2005.

POSIÇÃO	PAÍS	IDH
Alto desenvolvimento humano		
1°	Islândia	0,968
2°	Noruega	0,968
3°	Austrália	0,962
4°	Canadá	0,961
5°	Irlanda	0,959
10°	França	0,952
12°	Estados Unidos	0,951
16°	Reino Unido	0,946
38°	Argentina	0,869
70°	Brasil	0,800
Médio desenvolvimento humano		
81°	China	0,777
128°	Índia	0,619
Baixo desenvolvimento humano		
158°	Nigéria	0,470
169°	Etiópia	0,406
177°	Serra Leoa	0,336

Fonte: Organização das Nações Unidas (ONU).

Uma das críticas ao IDH, ocasionada pela posição do Brasil entre os países de alto IDH, é o fato de que o cálculo do IDH não considera a degradação ambiental que ocorre no Brasil.

A devastação da floresta, para cultivar soja e criar gado, aumenta o PIB *per capita* e, logo, o IDH, mas pode resultar em significativos custos ambientais para gerações futuras. Esta questão vai ser discutida na seção 6.3.



## Saiba Mais



## Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Em 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU), ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu os chamados 8 Objetivos do Milênio – ODM, que no Brasil são conhecidos como 8 Jeitos de Mudar o Mundo. Os Objetivos do Milênio foram oficializados na Cúpula do Milênio, realizada em Nova Iorque, onde líderes de 191 nações estabeleceram como prazo para tornar o mundo mais solidário e justo o ano de 2015.

Esses objetivos são: 1) erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) atingir o ensino básico universal; 3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde materna; 6) combater o HIV/ AIDS, a malária e outras doenças; 7) garantir a sustentabilidade ambiental; e 8) estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

## 6.2 O QUE É ECONOMIA INFORMAL?

Existe alguma controvérsia a respeito da definição de economia informal. Do ponto de vista dos levantamentos estatísticos realizados pelo IBGE, a economia informal não está relacionada à ausência de registros da atividade – uma vez que a multiplicidade de registros e *status* legal de uma unidade produtiva restringe a aplicação deste conceito.

Do mesmo modo, ser informal não tem relação com o local onde a atividade é desenvolvida (rural *versus* urbano, por exemplo) ou com o tempo de duração da atividade (permanente ou sazonal).

São, assim, características de atividade do setor informal, as seguintes:

- (i) unidades econômicas não-agrícolas, que produzem, bens e serviços não de subsistência (isto é, não para o consumo próprio) com o objetivo de gerar emprego e renda para as pessoas envolvidas na atividade;
- (ii) são unidades produtivas que produzem em pequena escala, sem uma separação clara entre quem é dono do capital e quem trabalha e com pouco grau de organização.

Assim, muitos pequenos negócios, em que o próprio dono e sua família são a força de trabalho da empresa e onde o nível de organização empresarial é pequeno, são caracterizados como economia informal.

De acordo com a Ecinf (Pesquisa de Economia Informal do IBGE), em outubro de 2003 existiam no Brasil 10.525.954 pequenas empresas não agrícolas, das quais 98%; ou seja, 10.335.962 pertenciam ao setor informal e ocupavam 13.860.868 pessoas. Em relação a 1997, houve um crescimento de 10% no número de pequenas empresas, enquanto o número de empresas do setor informal cresceu 9%, o que indica um pequeno aumento na formalização.

Usando uma definição mais restrita – em que economia informal é constituída por atividades que não recolhem impostos, não contribuem com a seguridade social, não cumprem leis e regulamentações trabalhistas e que, por vezes, estão envolvidas em ações criminosas – a Fundação Getúlio Vargas concluiu recentemente que a economia informal (ver figura FF) cresceu 4,7% no primeiro semestre de 2008.

#### Links

Ver detalhes em : <http://www.oeconomista.com.br/economia-informal-cresceu-47-no-pais-no-primeiro-semester/>.

Quatro fatores têm influenciado no alto nível de informalidade da economia brasileira:

- a) Baixo nível de crescimento econômico: a queda do PIB aumenta o setor informal, já que diminui o leque de atividades criadas na economia que podem gerar renda.
- b) Alto nível de desemprego da população: as pesquisas recentes indicam que países em que a taxa de desemprego é alta também tendem a ter alta atividade informal. Isso acontece porque, quando não encontram emprego na formalidade, os indivíduos buscam alternativas de obter renda e partem para a informalidade.
- c) Alta carga tributária: este fator talvez seja um dos mais claros. Como a carga tributária alta (altos impostos e taxas) reduz a renda líquida das atividades, quanto mais alto este componente, maior o incentivo para o crescimento do setor informal.

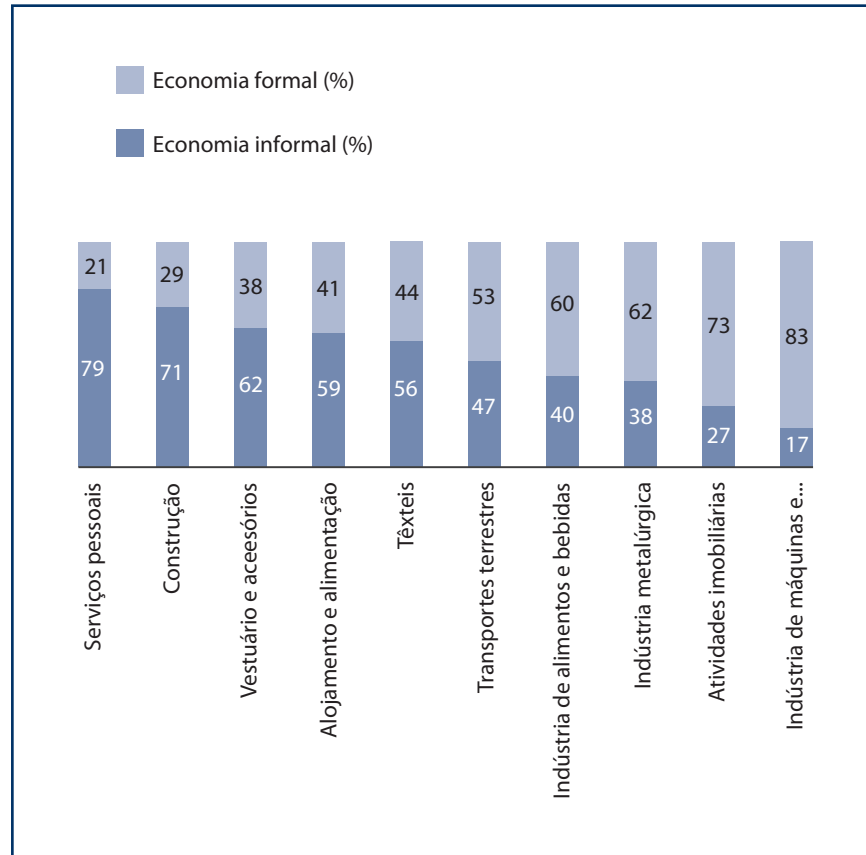
- d) Alto grau de corrupção nos serviços públicos: esta é uma medida psicológica, que tem significado quando os indivíduos acreditam que ao pagarem seus impostos (e estarem no setor formal), esses recursos não terão um destino eficiente em termos de gerar bem-estar social. A corrupção também estimula a informalidade, já que diminui as chances de punição e os custos decorrentes de irregularidades.



**Figura 11** – Exemplos de Atividades do Setor Informal: Vendedores ambulantes.  
Imagens: Fonte: ExtraOnline.

O tamanho do setor informal é naturalmente influenciado pelo setor de atividade. Onde predominam pequenos empreendimentos, como em serviços pessoais (por exemplo, cabeleireiros, massagistas e costureiras) e restaurantes, a participação do setor informal é alta (Figura 12).

Em setores onde se exige elevada escala de produção e nível de organização empresarial (como na indústria de máquinas e equipamentos), a percentagem de empreendimentos na informalidade é baixa (17%).



**Figura 12** – Participação do Setor Informal por Atividade –1997 (em %).  
 Fonte: Portal Exame e McKinsey - 02/06/2004.

## Saiba Mais

## PIB e trabalho doméstico

As instituições internacionais, principalmente as Nações Unidas, através do System of National Accounts (SNA), recomendam que os países adotem um conceito amplo de produção, de forma que ao contar o PIB todos os bens e serviços que envolvem a remuneração dos fatores de produção sejam incluídos. Neste sentido, as atividades domésticas, ou seja, aquelas realizadas pelas pessoas no interior dos lares, embora tenham um grande impacto sobre o bem-estar de uma sociedade, não são contabilizadas no PIB devido ao fato de não estarem associadas a uma geração equivalente de renda.

Estima-se que a participação dos serviços domésticos autônomos (não contratados) no PIB seja equivalente a 12,7% (ver reportagem do Valor Econômico <http://www.cbic.org.br/mostraPagina.asp?codServico=525&codPagina=1928>). Segundo esta reportagem, com base no número de horas ocupadas pelas mulheres em afazeres domésticos, o valor gerado pelos afazeres domésticos por partes das mulheres é aproximadamente equivalente a 82%, sendo o restante gerado pelos homens.



Fonte: <http://clubedamafalda.blogspot.com/>

### 6.3 A QUESTÃO DO PIB VERDE

A idéia de que os custos e benefícios ambientais decorrentes de decisões econômicas influenciam a contabilidade em nível empresarial tem sido ampliada para o âmbito de um país. Isto é, na exploração de madeira, as empresas calculam o custo de derrubar a mata, transportar os troncos, serrar e distribuir o produto até o cliente.

Se esses custos estão abaixo da receita, a exploração florestal é economicamente viável. Esta é uma análise do ponto de vista privado; se no cálculo do PIB forem computados também os custos de reposição da mata ou os custos decorrentes do assoreamento dos rios ou qualquer outra degradação ambiental causada pelo derrubada das árvores, com certeza a rentabilidade do empreendimento é menor.

Um argumento interessante para o apoio ao PIB verde, isto é, um PIB que contabilize o meio ambiente é o seguinte:

“Mais de cinco mil pessoas morreram no recente terremoto registrado na cidade de Kobe, no Japão. A conta das despesas decorrentes da catástrofe ultrapassou U\$ 110 bilhões. Contudo, a renda gerada pela enorme operação de resgate e limpeza da cidade somou positivamente para o cálculo do PIB. Um terremoto, um vazamento de óleo no mar ou a destruição de uma floresta não são deduzidos do PIB como custos para a economia. Casos como o do Japão chegam até a contribuir, porque um grande volume de recursos é aplicado na reconstrução de áreas destruídas” (Fonte: <http://www.geocities.com/mindelo1966/pibverde.html>).



E qual a importância do capital natural?

Segundo o Banco Mundial, em termos de média mundial, o capital natural representa cerca de 20% do capital total dos países; enquanto que o capital físico (máquinas, equipamentos e instalações) responde por 16% e o capital humano é responsável por 64% do total. Mas é claro que isso muda de país para país; na África, por exemplo, o capital natural alcança um percentual superior a 50% do total.

Importante lembrar que em relação ao capital físico, os sistemas de contas nacionais associam uma taxa de desgaste ou obsolescência (como já discutido nas unidades iniciais), denominada de depreciação, mas ao desgaste ou destruição do capital natural, não há ainda uma forma internacionalmente reconhecida de contabilizar.

É evidente que o reconhecimento das questões de degradação ambiental no cálculo do PIB dos países teria significativo impacto sobre a adoção de políticas de crescimento econômico com perdas da qualidade e da extensão do meio ambiente.

Organizações não-governamentais, como a WWF e instituições como o Banco Mundial e as Nações Unidas, estão envolvidas na discussão e elaboração de um sistema contábil que atenda à ameaça da degradação ambiental.

A lógica desse instrumento para o cálculo do PIB é que o desenvolvimento das nações não depende apenas do capital físico e do capital humano, mas também do capital natural, que é sem dúvida o mais restritivo de todos em termos de capacidade de reprodução.

Embora muito freqüente na mídia, este novo conceito de PIB ainda é apenas uma proposta, sem data ou metodologia definida.

Sobre a mídia: A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse que “metade do Produto Interno Bruto nacional depende da biodiversidade brasileira, isto é, da diversidade de animais, vegetais e seres vivos em geral” (Fonte: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/06/05/materia.2007-06-05.2948853287/view>).

### Atividade de Aprendizagem – 6



1. Levando-se em conta que altas taxas de economia informal é indicador de que a economia precisa de ajustes, que medidas você sugeriria para diminuir essa taxa, considerando seus determinantes?
2. A economia informal pode estimular a economia formal? Dê dois exemplos.
3. Explique por que o IDH é uma alternativa mais abrangente ao PIB per capita, em termos de evidenciar o nível de bem-estar da sociedade. (dica: a resposta está nas variáveis que compõem o índice).
4. O Brasil está classificado entre os países com IDH de alto desenvolvimento econômico (veja Tabela AA). Em sua opinião, o índice representa bem as características do país? Justifique.



### Resumo da unidade:

Nesta unidade tratamos de duas questões de aplicações de Contabilidade Social. Primeiro, aprendemos como relacionar o crescimento do PIB com desenvolvimento. Desenvolvimento é um objetivo mais amplo e mais complexo do que o crescimento do PIB. Apesar disso, os economistas atribuem ao crescimento do PIB uma parcela significativa para explicar o desenvolvimento humano. Discutimos também o papel do setor informal e do meio ambiente no cálculo do PIB. Nestas duas áreas reconhece-se que as contas nacionais não são adequadas. Incorporar as atividades do setor informal e o valor do meio ambiente no cálculo do PIB permanece como desafio para os economistas.

## ENCERRAMENTO DA DISCIPLINA

Como dissemos no início da disciplina, CONTABILIDADE SOCIAL tem o objetivo de apresentar as técnicas adotadas para medir agregados macroeconômicos como produto e renda. A medida precisa e sistemática destes agregados permite a avaliação do desempenho da economia e a adoção de políticas de estabilização por parte do governo. A compreensão das técnicas, das definições e das extensões da contabilidade nacional é, portanto, essencial para muitas outras áreas da análise econômica, como macroeconomia, planejamento e economia regional. Este conteúdo é o ponto de partida de toda essa abordagem econômica que se apóia em técnicas e dados macroeconômicos. Espero que vocês tenham percebido esta importância e que perseverem nesta direção com capacidade técnica e espírito crítico.

## REFERÊNCIAS

EITEMAN, David K.; STONEHILL, Arthur I.; MOFFETT, Michael H. **Administração financeira internacional**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

**Programa das nações unidas para o desenvolvimento humano e IDH**. Acesso em 16 jan. 2009. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/>

FEIJÓ, C.A. et al. **Contabilidade social: O novo sistema de contas nacionais do brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.